

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 116.ª Sessão Ordinária
Realizada em 5 de agosto de 1971 — (Quinta-feira)

Presidência do sr. deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Quielise Crisóstomo.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Eron-dy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Marfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes os srs. deputados: Agui-naldo Pereira Lima, Antônio Lopes Júnior, Arizore Araújo, Basílio Zanusso, Igo Losso e Nivaldo Krüger (6).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos tra-balhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte
E X P E D I E N T E:

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parla-mentares requer, na forma regimental, se faça constar na Ata dos trabalhos, votos de aplausos ao exmo. sr. Sadao Yokomizo pelo destaque que teve na reunião ocorrida em Apucarana a 31 último, presidida pelo exmo. sr. Major Zuedeze Nascimento Lins, sob o tempo "Deusa Interna Civil".

Requeiro, ainda: 1.º) Que em atendimento ofício que recebemos do Sr. Sadao Yokomizo, prefeito municipal de Araçongas, se oficie após aprovação deste requerimento, ao exmo. sr. governador Haroldo Leon Peres, solici-tando de sua Excelência que determine maior refôrça de verbas à Secretaria de Segurança para melhor aparelhamento das Delegacias e todo esquema policial do Estado. 2.º) Que se dê ciência, após aprovação deste, ao exmo. sr. prefeito de Araçongas, Câmara de vereadores, e exmo. sr. Secretário de

Segurança e ao exmo. sr. Major Zuedezeze Nascimento Lins, Comandante da 1a. Cia. de Infantaria, com sede em Apucarana.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1971.

(a) Paulo Poli

Requerimento

Senhor Presidente:

Usando faculdades regimentais, o Deputado adiante subscrito, requer à Mesa comunicar-se ao excelentíssimo senhor Prefeito Municipal de Curitiba, agradecimentos oficiais pela atenção que teve em — democraticamente — responder, com objetividade e seriedade, pedido de informações formulado pela Casa, sem que a tanto estivesse obrigado por disposição legal.

Requer, ainda, consigne-se aqui e manifeste-se a Sua Excelência através do envio de cópia do presente requerimento e de sua justificativa, um voto de congratulações pelo plano de pavimentação que iniciou na cidade, cuja programação revela um produtivo e real conhecimento das potencialidades administrativas do Município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1971.

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

Consignamos, oportunamente, perante a Casa, protesto pela forma como o prefeito Jaime Lerner encaminhou resposta a pedido de informações a ele endereçado sem sequer ter recebido expediente desta Assembléia, louvado, portanto, em noticiário de jornais.

Devolvida aquela resposta, e agora, já de posse do requerimento por nós apresentado, por certo verificando estar sendo tratado com cortesia devida e questionado sobre assuntos pertinentes, remete Sua Excelência novo expediente, este sim fornecendo de maneira cordial e protocolar as informações solicitadas.

É dever de justiça, portanto, agradecer-lhe o gesto, no qual demonstrou agora serenidade e espírito público.

Vala a oportunidade, também, para levar ao prefeito Jaime Lerner uma dose de estímulo, pela maneira correta como está abordando o problema de pavimentação viária da cidade, atuando em busca de soluções a curto e longo prazo.

A curto prazo com o recapeamento relâmpago de vias de grande movimento, como a Rua Emiliano Perneta e outras. Com longo alcance através de planos de pavimentação setoriais, cobrindo primeiro um bairro para, em sequência, e com o dinheiro arrecadado, partir para outro com recursos maiores e, assim, sucessivamente, numa bola de neve que haverá de consagrar suas administração pelo bom senso e dinamismo.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado adiante subscrito, no exercício de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvida a Casa, encaminhe-se ao excelentíssimo senhor ministro dos Negócios da Fazenda, professor Delfim Neto, um voto de congratulações oficiais desta Assembléia, pela unificação que conseguiu imprimir à política financeiro-administrativa do País, através de orientação centralizada em sua Pasta das decisões fazendárias de todos os Estados federados.

Comandando globalmente as finanças públicas dos Estados, através de indicados de sua mais alta confiança, conseguiu o Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda um feito inédito na história política brasileira: a união de esforços dos Estados para o cumprimento da meta maior da atualidade econômica, qual seja promoção rápida de desenvolvimento, através de obras estruturais, com desaceleração do ímpeto inflacionário. Somente controlando sabiamente as finanças dos Estados, restringindo poderes discricionários dos governos locais no que se refere à despesa pública, conseguirá a Revo-

lução Brasileira somar em torno de seus propósitos de redenção econômica tôdas as esferas de Poder Público do País.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1971.

(a) **Erondy Silvério**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares Requer, na forma regimental, se faça consignar em Ata votos de aplausos ao exmo. sr. Hermínio Vinholi, prefeito municipal de Jandaia do Sul, extensivo aos srs. Seldo Frahia, Diretor da Faculdade de Filosofia de Jandaia do Sul e à Câmara de Vereadores daquela localidade.

Graças ao espírito patriótico, ao amor à causa pública e verdadeira abnegação dos líderes supra-citados entre outros, vem funcionando a Faculdade em Jandaia do Sul. O sr. Hermínio Vinholi tem sido lutador incansável, verdadeiro baluarte daquele estabelecimento, tão útil e necessário àquela região.

No dia 28 último, esteve em Brasília uma comitiva encabeçada pelo sr. prefeito Hermínio Vinholi, encaminhando processo ao Ministério da Educação, para reconhecimento daquela Faculdade.

Requeiro, outrossim: 1.o) Que após aprovação dêste, se dê ciência aos srs. Hermínio Vinholi, prefeito municipal, dr. Seldo Frahia, Diretor da Faculdade e à Câmara de Vereadores de Jandaia do Sul. 2.o) Que se oficie ao exmo. sr. ministro Jarbas Passarinho, encarecendo da necessidade urgente da aprovação do processo que visa o reconhecimento daquela Faculdade.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 1971

(a) **Paulo Poli**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o Presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, Requer, na forma regimental, se faça consignar em Ata, votos de aplausos ao exmo. sr. Major Zuedezeze Nascimento Lins, comandante da 4a. Cia. de Infantaria, com sede em Apucarana.

Em reunião que se realizou em 31 último com a presença de mais de trinta projetos municipais da região, além de vereadores e outros líderes, sob a presidência e inspiração do homenageado, abordou-se a tese "DEFESA INTERNA CIVIL".

Combate ao tóxico, à corrupção além de outros, foram os principais assuntos abordados naquela importante concentração.

Major Zuedezeze Nascimento Lins, revolucionário autêntico, de espírito altamente patriótico, homem que se sacrifica, que toma iniciativa, tão oportunos, aliás e necessários, está realmente de parabéns. A êle, nosso estímulo, nosso aplausos e nosso incondicional apoio.

Requer também após aprovação, se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 1971.

(a) **Paulo Poli**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, dentro dos preceitos do Regulamento Interno, depois de ouvido o Plenário, Requer, por intermédio de ofício, seja feito um apêlo ao excelentíssimo senhor Governador do Estado, doutor Haroldo Leon Peres, e ao exmo. sr. Secretário dos Negócios do Governo, doutor Cicero Heleno Sampaio Arruda, para que concedam ao Departamento Estadual do Serviço Público — DESP — melhores condições para o desempenho das suas importantes atribuições na administração estadual.

Sala das Sessões, em... de agosto de 1971.

(a) **Fabiano Braga Côrtes**

JUSTIFICATIVA:

Estivemos diversas vezes, cumprindo obrigações que temos por força do mandato que nos foi confiado pelo povo, no prédio onde se encontra instalado o Departamento Estadual do Serviço Público, DESP, e constatamos o estado precário das suas instalações. Encontramos funcionários agrupados em pequenas salas; constatamos a falta de contínuos, de máquinas de escrever e de todas as espécies de materiais e condições que proporcionem aos seus funcionários condições razoáveis de trabalho. Por outro lado, com prazer, constatamos a boa vontade de todos os funcionários que, mesmo sem condições, procuram de todas as maneiras, e melhor possível, desempenhar as funções. Também, com satisfação, queremos registrar que não ouvimos queixas de ninguém e nem reivindicações. Todos contentes com seus chefes, principalmente, com seu jovem diretor, a quem rendemos nossa homenagem, o esforçado bacharel José Manoel de Macêdo Caron. O nosso apêlo é para que o senhor Governador e o Secretário do Governo, na medida do possível, propiciem ao DESP recursos para que o mesmo possa renovar seu mobiliário, seus arquivos, adquirir novos equipamentos mecânicos material de consumo, e, mesmo, concedam aos seus funcionários maiores vantagens financeiras, pagando-lhes mais horas extras ou, então, tempo integral. Eles merecem nosso respeito, nosso apoio e nossa homenagem. Obrigado.

RÉQUERIMENTO

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais requer a Mesa, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa o Primeiro Balanço Geral das atividades do Banco do Estado do Paraná S. A., realizado na gestão do Presidente Ewaldo Vita e Vice-Presidente Celso da Costa Saboia, na administração do Governo Haroldo Leon Peres conforme nota publicada anexa.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, dê-se conhecimento aquele estabelecimento bancário.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1971.

(a) — João Mansur

REQUERIMENTO

O Deputado que este subscreve, no uso de suas faculdades regimentais, requer após ouvido o Plenário seja encaminhado ao exmo sr. desembargador Alceste Ribas de Macedo, digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, expediente consignando aplausos desta Casa de Leis pelo transcurso do 80.º aniversário de instalação daquela Egrégia Corte de Justiça.

Sala ds Sessões em 5 de gosto de 1971.

(a) — Cândido Martins de Oliveira

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe sugestão ao excelentíssimo senhor doutor Haroldo Leon Peres, digníssimo Governador do Estado no sentido de que firme, através da Secretaria da Agricultura e Banco do Estado do Paraná S. A. convênios com o Instituto Brasileiro do Café, para o financiamento e assistência técnica aos cafeicultores paranaenses.

Esta sugestão, que tem os melhores propósitos, decorre de nossa estrutura econômica para a qual o Governo do Estado deve dedicar suas preocupações pois somente com uma sólida agricultura poderemos, daí em diante, pensar na industrialização.

O Governo do Estado e da União devem estar perfeitamente integrados, com os mesmos propósitos e preocupações, para encontrar soluções aos problemas que afligem a cafeicultura.

Através desses convênios poder-se-ia garantir ao cafeicultor, meios necessários para a formação de mudas, plantio e recepa de cafezais mas sobretudo a finalidade principal seria a de garantir a imprescindível assistência técnica necessária ao cafeicultor para execução do plano de renovação.

A Secretaria da Agricultura, através de recursos dessa ordem, poderia estar presente com uma "rede" de agrônomos, orientando os cafeicultores com relação a espaçamento variedades, adubação e outros elementos.

Só através dessa participação do Estado teremos condições de dinamizar as atividades agrícolas.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1971

(a) — Alvaro Dias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições,

REQUER:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições,

Seja formada uma Comissão de Senhores Deputados para representar esta Casa, no lançamento da Pedra Fundamental da Escola Superior de Agronomia de Bandeirantes, solenidade a ser realizada naquela cidade no dia 13 deste.

Sala das Sessões em 5 de agosto de 1971

(a) — Fuad Nacli

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer seja fornecida certidão atestando que nos dias 1 — 2 — 3 — 4 — 5 e 7 de junho, estava ausente desta Casa em missão oficial.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1971

(a) — Alvaro Dias

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI NR. 156/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Fica criado um Ginásio Estadual no Distrito de Ouro Verde, município de Corbélia, para funcionar a partir de 1972

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1971.

(a) — Fuad Nacli

JUSTIFICATIVA:

A apresentação deste Projeto de Lei decorre que no Distrito de Ouro Verde, grande número de crianças e também de Professores de Ensino Primário sem Habilitação desejam cursar o primeiro ciclo e por falta de estabelecimento não podem continuar seus estudos.

Estas são as razões que nos levaram à apresentação deste Projeto de Lei, para o qual contamos com o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI NR. 157/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a criar o Distrito Rodoviário de Laranjeiras do Sul, na forma e como especifica".

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Distrito Rodoviário

viário de Laranjeiras do Sul, localizado na sede do Município do mesmo nome, desmembrado do 5.º Distrito Rodoviário com sede em Guarapuava, com jurisdição, além do município sede, nos de Chopinzinho, Palmital, Quêdas do Iguaçu, São João, São Jorge do Oeste e Guaraniaçu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 3 de agosto de 1971.

(a) — João Mansur.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a apresentação deste Plano de Lei, tendo em vista que Laranjeiras do Sul é ponto central de vasta região, a qual conta com um grande número de estradas que está a merecer um melhor tratamento por parte das autoridades competentes.

As atuais condições de tráfego das referidas estradas em face de sua precariedade, exigem a criação de um Distrito Rodoviário, o qual virá sem dúvida alguma colaborar de forma decisiva com o grande surto de progresso daquela parte do Estado.

Em assim sendo levamos o presente Projeto a consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê apoio.

O SR. PRESIDENTE — Está fixada a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente sr. deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A segurança pública tem sido motivo de preocupação nos últimos meses em nosso Estado, deixando apreensões às autoridades e também o povo da Capital e do interior sob tensão, na expectativa de vítimas constantes com lamentáveis acontecimentos numa assiduidade impressionante.

Há poucos dias o deputado Maurício Fruet ocupava esta Tribuna para fazer um relato da estrutura policial em nosso Estado, demonstrando, com números verdadeiros e reais as deficiências nela existentes.

No município que representamos nesta Assembleia Legislativa os acontecimentos lamentáveis envolvendo a segurança pública também surgem constantemente, deixando em polvorosa aquela população.

Lá estivemos há poucos dias e éramos abordados constantemente nas ruas da cidade por populares que solicitavam providências, ao mesmo tempo que dirigem apelos aos Vereadores daquele município. Na Câmara Municipal de Londrina, dois Vereadores resolveram denunciar as irregularidades, ineficiente do órgão policial de Londrina. Fizeram as críticas representando a vontade do povo e em contrapartida, receberam uma reação inesperada do Delegado de Polícia responsável por aquele órgão de segurança. O sr. Delegado de Polícia, insatisfeito com as críticas, e não as aceitando pretende processar aqueles dois Vereadores — Délio Cesar e José Del Ciel. Inconformado com as críticas transferiu-as para a Assembleia Legislativa do Estado, como se nós, os Deputados fôssemos os responsáveis pelas deficiências do órgão policial de nosso Estado.

Quero transcrever nos Anais da Casa as afirmações do sr. Delegado de Polícia de Londrina, afirmações essas divulgadas pelo jornal "A Fôlha de Londrina".

Para o delegado Ivan Koch a situação só pode ser resolvida se os Deputados se conscientizarem da necessidade de dar mais condições à Secretaria de Segurança Pública, "que sempre foi marginalizada na distribuição de verbas, pois não dá votos para ninguém".

Com a palavra os srs. Deputados da ARENA que representam a Maioria nesta Casa. Com a palavra os srs. Deputados da ARENA que representam o

Governo nesta Casa. Porque nós entendemos, embora em minoria neste Legislativo, que não cabe a nós distribuir verbas à Secretaria de Segurança Pública.

Talvez desconheça também o sr. Delegado de Londrina, ou finge desconhecer, que existe o Fundo RESPOL, Fundo de Responsabilidade, com verbas na Secretaria de Segurança Pública, verbas arrecadadas em todas as Delegacias de Polícia do Interior.

Se existe deficiência na Secretaria de Segurança Pública do Estado, deve o Governo providenciar condições para que, realmente, possa o órgão policial do Estado desempenhar a contento suas atribuições.

E a desfaçatez das afirmativas do Delegado de Polícia de Londrina peca pela sua insegurança, pelo seu desconhecimento completo das atribuições do Governo. E as deficiências lá encontradas e o mau atendimento da Segurança Pública em Londrina é o retrato do que existe em todo o Estado; não é falta de assistência dos Deputados. Porque aqui estamos a reclamar, desde o início desta Legislatura, apresentando requerimentos ao Governo do Estado, solicitando que desse a Londrina condições para o perfeito atendimento daquela cidade, que é o segundo Município deste Estado, que é uma metrópole com duzentos e oitenta mil habitantes, atualmente, e não pode permanecer, a sua população nesta apreensão.

E justamente ao lado desta reportagem, outras reportagens de assalto, de roubos acontecidos naquele município, são também publicados.

E quando se quer processar a esses dois vereadores, não podemos permanecer calados. Querer processar a esses dois vereadores é o mesmo que queremos processar parte da população de Londrina, porque eles não fizeram nada além do que representar a legítima vontade popular.

Nosso protesto ao Delegado de Londrina, nosso protesto ao sr. Secretário de Segurança Pública que, apesar de nossos apêlos, apesar de nossas insistentes solicitações, ainda não tomou nenhuma medida com relação àquela município.

Mas, as críticas não foram dirigidas tão somente à Secretaria de Segurança Pública...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica que resta apenas meio minuto para o término do prazo concedido a V. Exa.

O SR. ALVARO DIAS — ... mas também ao Poder Judiciário, dizendo que não há a suficiente integração, em Londrina, entre a Polícia e o Judiciário, "A mentalidade imperante é a de que o policial é um mero subordinado do Judiciário, a prevenção, não implica em relação de subordinação".

Que sejam tomadas as providências necessárias, que vá o sr. Secretário de Segurança a Londrina para evitar esses acontecimentos, e também tomar conhecimento das irregularidades dos homens responsáveis pela segurança pública daquele município.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O ilustre companheiro Alvaro Dias retratou aqui o clima de insegurança que reina no Paraná, com a população paranaense estando totalmente sem segurança, os assaltos aumentando, a polícia impotente para reprimir essa onda de assaltos que tem gerado, inclusive, acontecimentos fatais, como aquele que chocou toda a opinião pública do Paraná, com a morte de um irmão de um companheiro nosso que, para proteger a residência do seu irmão, Deputado nesta Casa, acabou perdendo a vida, numa batalha que caberia à polícia travar, batalhar contra os marginais que infestam Curitiba.

E a verdade é que quando se fala em crime e assalto, procura-se, logo de início, dizer que isso é comum nas cidades grandes. Mas se fôrmos olhar

realmente, assaltos, roubos, existem em qualquer parte do Brasil e do mundo; porém, Curitiba, pelo seu tamanho, proporcionalmente, está apresentando um índice muito elevado e causando, com isso, muita insegurança.

Sabemos de mulheres que estão com medo até de sair de casa durante o dia para fazer compras, com medo dessa intranquilidade, dessa insegurança que está tomando conta do Paraná. Vemos também moços e moças que estudam à noite, sair de casa com o espírito perturbado, com medo até de sua própria sombra, porque esse é o ambiente hoje reinante na nossa Curitiba.

Quando se fala que os ladrões estão soltos, procura-se até mesmo jogar o povo contra os Deputados. Outro dia, ouvi uma entrevista e um policial dizia, para se justificar dos assaltos, "nós aqui não ganhamos como um Deputado ou como um Senador. Nós, Arentistas ou Emedebistas, Deputados dos dois partidos, estamos aqui sempre defendendo a necessidade de uma melhor remuneração para aqueles que são funcionários públicos, sejam eles civis ou militares; porém, a negligência, a complacência da Polícia, não se justifica, de forma nenhuma, em vista do baixo salário que estão ganhando.

Se há um elemento que não está satisfeito em seu emprego, é lógico que terá que pedir demissão e procurar emprego melhor. Assim deve ser, não só com aqueles que trabalham em serviço público, como nas empresas particulares.

É um problema que está nos preocupando, queremos dar melhores salários, melhor remuneração à Polícia, mas não cabe aos Deputados essa iniciativa. Ficamos satisfeitos, e contrariamos ao ilustre deputado Alvaro Dias, quando trouxe aqui a palavra do Delegado, criticando o pronunciamento do Delegado. Queria, com todo respeito àquele colega, elogiar o Delegado de Londrina, porque ele está mostrando que não está satisfeito com o governo do Estado, porque quem dá aumento ao servidor público não é o Deputado que vem aqui apenas para referendar, aprovar ou rejeitar uma proposta de aumento do governo do Estado. Então, quando o Delegado de Polícia vem, de público, para dizer que não adianta fazer pedidos para reaparelhar a Delegacia, aquele policial está mostrando que ele não acredita mais nas autoridades superiores de nosso Estado.

Portanto, sr. Presidente, srs. Deputados, queremos aqui, reforçando o pensamento coletivo, porque hoje a insegurança no Paraná não é mais de meia dúzia de pessoas, mas é de todo o Paraná, e até mesmo do próprio Brasil, alarmado com os crimes e assaltos que dominam o nosso Estado, com a polícia devendo agir, devendo reprimir.

Como a Polícia Militar tem milhares de soldados, gostaríamos de sugerir que esses soldados patrulhassem as cidades durante o dia e à noite, prestando, com isto, grandes benefícios à população, na repressão aos marginais que estão agindo quase que tranquilamente em nosso Estado.

O nosso apelo ao sr. Governador do Estado e ao sr. Secretário de Segurança Pública, para que as autoridades policiais usem todas as armas disponíveis para dar maior segurança ao nosso povo.

Há poucos dias vimos, aqui em Curitiba, o caso do assaltado, ter que dar seu carro à polícia para que essa pudesse ir atrás dos ladrões. É vergonhoso, é humilhante demais para o Paraná, que tem uma arrecadação tão extraordinária.

O SR. PRESIDENTE — Comunico ao nobre orador que tem apenas um minuto para terminar sua oração.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Não é possível que o povo que paga seus impostos, na hora de ter um pouco de segurança, tenha que dar o seu veículo, dar gasolina para que a polícia possa agir. É humilhante demais ao alto prestígio do nosso Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para falar no Pequeno Expediente, ao terceiro orador inscrito, sr. deputado Paulo Poli. (Pausa).

Não estando presente o sr. deputado Paulo Poli, concedo a palavra ao quarto orador inscrito, para o Pequeno Expediente, sr. deputado Odilon Reinhardt.

O SR. ODILON REINHARDT — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Na qualidade de representante do oeste do Paraná nesta Casa de Leis, em especial do município de Cascavel, quero não só me congratular com o sr. Governador do Estado e com o sr. Plínio Franco Ferreira da Costa Presidente da Telepar como quero me parabenizar com Ss. Exas. por duas obras de significativa importância para o oeste paranaense principalmente para Cascavel.

A primeira delas diz respeito à próxima instalação de micro-ondas em Cascavel, em toda a rota do oeste do Paraná, o que virá dar possibilidade a que aquela região se integre, em definitivo, no concerto dos demais municípios do Estado do Paraná.

Outra obra que considero de vital importância, que há muitos e muitos anos vem sendo reclamada e que agora, no governo do sr. Haroldo Leon Peres se tornará uma realidade, é a próxima concorrência do asfalto da estrada Toledo-Cascavel.

Esta estrada já foi objeto de considerações em outras oportunidades, por parte deste Deputado, pedindo providências. Agora podemos dizer que com o asfaltamento daquela estrada, não haverá mais paralização do tráfego, e muito menos as riquezas produzidas no Oeste paranaense deixarão de ser escoadas pela BR-277.

Quero deixar consignados nos Anais desta Casa as congratulações e os aplausos do povo do Oeste do Paraná a estes ilustres paranaenses que atualmente dirigem o Estado, S. Exa. o sr. Governador e o sr. Presidente da Telepar, que estão demonstrando ao Paraná que realmente estão imbuídos de boa vontade, e que realmente querem cooperar com o desenvolvimento de nosso Estado. A estas autoridades, pois, os aplausos do povo e da gente daquela cidade. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Sebastião Rodrigues, sexto orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Não sei se o assunto que me traz à Tribuna nesta tarde, eu deva qualificá-lo de trágico ou de ridículo. Talvez ambas as coisas. Talvez tenha o sentido trágico dos gestos mesquinhos e sem grandeza, e tenha também o ridículo e a comicidade de gestos infantis emanados de pessoas que ocupam cargos para os quais se presume deveriam ter deixado a infância há alguns anos atrás. Já tinha recebido notícia destes fatos, entretanto, agora, pessoalmente, pude comprová-lo ao ver nas mãos de um colegial, de um estudante do grau primário este caderno, que a FUNDEPAR distribui gratuitamente. Vejam os senhores o tamanho do caderno. Ele realmente é bem maior mas foi cortado porque trazia no seu cabeçalho o nome do Governador Paulo Pimentel, nome que irrita, nome que provoca imensamente aqueles que detêm o Poder deste Estado. Mas o pior é que, para cortar o nome do sr. Paulo Pimentel deste caderno, que está sendo distribuído às crianças deste Estado, cortaram também, no verso, o título do Hino Nacional Brasileiro. Então, as crianças estão vendo a letra do hino estão aprendendo o hino sem saber que se trata de Hino Nacional Brasileiro; tudo porque certas pessoas responsáveis pelo ensino ou pelo governo neste Estado, determinaram que se cortasse o cabeçalho deste caderno, somente porque ali trazia o nome do ex-Governador.

Reduziram o tamanho do caderno e cortaram as folhas, para distribuí-lo às crianças do nosso Estado. Sou forçado a entender que este governo tem profundo complexo de inferioridade com relação àquele que o antecedeu. Por que proceder desta maneira? Porque dar às crianças uma lição de ódio,

uma lição de rancor? O que me traz à Tribuna, não é absolutamente criticar os atos do governo por haver excluído o nome do sr. Paulo Pimentel, simplesmente para ser agradável ao mesmo, pois eu não creio que S. Exa. faça questão disso; o que vejo de sério é até a que ponto chega o rancor e o ódio, não respeitando nem aquilo que se põe nas mãos das crianças. Não pensem que com isso estão diminuindo o sr. Paulo Pimentel; muito pelo contrário, estão promovendo-o. Jamais eu vi tamanha máquina publicitária como a deste governo a favor do dr. Paulo Pimentel. As crianças do colégio perguntam: "Por que o caderno foi cortado? Porque querem cortar o nome do ex-Governador. "E por quê?" — Porque o atual não gosta dele".

Grande lição se está dando às crianças de nosso Estado. Será possível que não cabe na atualidade do Paraná nada além de gestos mesquinhos, nada além de gestos de pequeno porte? Onde está a grandeza que deve envolver os gestos de um Governo? Aonde está o exemplo? Cortar o título do Hino Nacional, para que não aparecesse o nome do sr. Paulo Pimentel!

Deixo aqui registrado este fato que eu lamento, que eu acho mesquinho, contra o qual eu protesto e deixo aqui o meu apêlo ao responsável pelo setor de educação do Estado; melhor que não se destine este caderno do que dar este exemplo.

O SR. PRESIDENTE -- Informo ao sr. Deputado que lhe resta um minuto.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Obrigado. Como dizia, melhor que não se desse estes cadernos do que dar um exemplo de mesquinhez, de ódio, às crianças de nosso Estado.

Deixo aqui o registro do fato e o meu apêlo para que se dê exemplos de grandeza, de dignidade. Não vamos cortar, a título de esconder o nome de um ex-governador, o título do Hino Nacional Brasileiro, num impresso que se distribui às crianças que estão no Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sétimo orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Não era nossa intenção, na tarde de hoje, ocupar a Tribuna, mas o fazemos em virtude de uma nota divulgada no jornal "O Estado do Paraná, que maliciosamente deixa transparecer que nós estaríamos aqui nesta Casa, por iniciativa nossa, elaborando Leis que viessem criar privilégios, citando ali o caso de minha senhora, que ocupa o cargo de inspetora.

O Projeto de Lei que tramita nesta Casa, como é do conhecimento de todos, visa, isto sim, corrigir um erro que existe no Estatuto do Magistério Público, a exemplo do que foi feito anteriormente, no que tange à lista triplíce.

Porque, no Estatuto do funcionalismo — eu não poderia me estender neste assunto com muitos detalhes; mas lá, o funcionário público em geral opta, quando pretende se aposentar, por cargo em comissão que tenha exercido por prazo de um ano.

O que queremos fazer é justiça a classe; se todos os funcionários têm direito a este privilégio, por que o professor também não pode ter, ele que é funcionário?

Este é o espírito que nos orientou, quando elaboramos este Projeto de Lei. Apenas uma correção. E outra coisa, estas notícias maliciosas, sempre vêm evadidas de inverdades. Afirma o jornal "O Estado do Paraná", de maneira categórica, que encontra-se este Projeto na comissão de Educação, em mãos de um colega cuja esposa também é inspetora. O que não é verdade. O Projeto não está na Comissão de Educação; está na Ordem do Dia, em 3.ª discussão; aí está a prova da intenção maliciosa desse matutino, em criar confusão.

Pôsto isto, sr. Presidente, srs. Deputados, tenho em mãos uma série de requerimentos que endereçarei à Mesa. No entanto, gostaríamos de argumentar sobre alguns deles. Nós temos visto aqui, desta Tribuna, como agora há pouco, críticas ao Governo, muito sérias. Não temos às vezes interferido nos pronunciamentos, porque em sua maioria são apaixonados. Eu tenho em mãos 2 documentos que por si só dizem da atuação do Governo.

Um deles é um recorte da "Gazeta do Povo", de 3 de agosto de 71, que diz o seguinte:

"Secretaria de Transportes.

D.E.R.

Aviso n.º 01-71 Serviço Rodoviário.

Editais de Concorrência.

O Diretor Geral do D.E.R. torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, às 14 horas do dia 2 de setembro de 1971, na auditoria deste Departamento, à Avenida Iguaçu 420, nesta Capital, concorrência para a execução dos serviços rodoviários necessários à elaboração do projeto final de engenharia do trecho Cascavel-Toledo, BR-467, numa extensão aproximada de 60 quilômetros, inclusive acesso a esta cidade. Esclarece, outrossim, que o edital e seus anexos serão oferecidos aos interessados pela Comissão Especial de Concorrência".

Como vêem, srs. Deputados, o Governo não fez alarde. É uma reivindicação do povo da região de Mal. Rondon e Toledo também, como bem disse o representante de Cascavel. Uma reivindicação antiga e que agora está em vias de se tornar realidade.

Temos também em mãos um ofício do Prefeito de Arapongas, e também do Presidente da Câmara de Vereadores de Arapongas, solicitando que enviemos ao sr. Governador do Estado agradecimentos pelas providências que tomou no sentido de liberar o asfaltamento da estrada Arapongas-Astorga.

Em face daquele documento, estamos encaminhando neste instante à Mesa o seguinte requerimento: (Lê):

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições parlamentares REQUER, na forma regimental, se oficie ao exmo. sr. governador Haroldo Leon Peres agradecimentos do sr. Sadao Yokomizo, prefeito de Arapongas e Câmara de Vereadores pelas providências que vêm sendo tomadas no sentido de atender as obras de pavimentação asfáltica da Estrada Arapongas-Astorga.

Requer, outrossim, que após aprovação deste requerimento se dê ciência ao sr. Prefeito e à Câmara Municipal de Arapongas.

Sala das Sessões, 05 de agosto de 1971.

(a) — Paulo Poli

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao oitavo orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Não pretendo justificar a atitude daquele que impensadamente tenha diminuído o tamanho de determinado caderno escolar, pretendendo alijar da impressão nele contida o nome do ex-Governador do Estado. Mas pretendo afirmar, porque sei significar a expressão da verdade, que nem o sr. Governador do Estado, nem S. Exa. o Secretário de Educação e Cultura, como, tenho certeza absoluta, nem tampouco a Diretoria da Superintendência da FUNDEPAR, teria determinado esta atitude. Podemos admitir que determinado Diretor, de determinado estabelecimento de ensino, pretendendo se tornar agradável ao seu chefe tenha, quem sabe, inutilizado, parcialmente, determinado número de cadernos.

E faço a afirmação porque, consultando o sr. Secretário de Educação, ob-

servei que em outro material didático e material escolar que haviam sido encomendados pela administração anterior, e que está sendo pago por esta administração, a medida tomada pela Secretaria de Educação foi outra. Onde estava impresso o nome do governador não foi cortado, ou diminuído o tamanho do caderno, foi tão somente repintada a capa e nela se imprimiu, como obrigação do Poder Público, substituindo-se o nome do governador anterior, os dizeres: "Proibida a venda deste material". "Distribuição gratuita do Governo do Estado".

Considero, em função do que fôra feito com outro material escolar de distribuição gratuita, uma aquiescência, ou talvez uma precipitação, pretender-se responsabilizar o Governo do Estado, ou a Direção da FUNDEPAR, por ato cometido talvez por funcionários de qualquer estabelecimento de ensino.

Fica a informação para que não se pretenda colocar o Governador do Estado e a Secretaria de Educação ao nível de mesquinhês desta natureza. Apenas para que aqueles que, ouvindo os noticiários das televisões, ou lendo as notícias dos jornais, possam deixar o Governo distante de mesquinhas e daqueles comezinhos que não podem, como não poderiam jamais, perturbar um governo voltado para a grandiosidade de seu Estado, na execução da obra que está sendo empreendida.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

Em seguida trazemos ao conhecimento desta Casa uma notícia que já foi divulgada na "Fôlha de Londrina", e da qual lerei alguns trechos.

Diz aqui em manchete: "Prefeitos pedem medidas a Haroldo, contra onda de assaltos na região".

"Em reunião presidida pelo major Nascimento Lins, Comandante da 4.ª Companhia de Infantaria, realizada sábado nesta cidade, Prefeitos de 39 Municípios decidiram mandar radiograma ao Governador Haroldo Leon Peres, solicitando medidas a curto prazo para conter a onda de assaltos na região norte do Paraná". "Na reunião os Prefeitos sugerem reforço de verba à Secretaria de Segurança Pública, de modo a permitir a nomeação de um maior número de agentes e melhor aparelhamento das Delegacias. Afirmam os Prefeitos que os assaltos e crimes na região se intensificam nos períodos de sábado".

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa que V. Exa. dispõe de um minuto.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Como vêem, o assunto é complexo e longo, e me reservarei, diante do escasso tempo de que disponho, para posteriormente dar prosseguimento a esta matéria, porque acho de suma importância e muito delicada.

Por enquanto é só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, sr. deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Antes de entrarmos no assunto que iremos tratar desta Tribuna, gostaríamos de reiterar a V. Exa. um requerimento escrito pedindo certidões, requerimento que encaminhamos no dia 25 de junho de 1971 e que foi, pelo respeitável despacho do sr. Presidente, deferido para "atender o fornecimento da certidão em 72 horas".

Decorrido o prazo, e como não recebemos essa certidão até o presente, e dela temos necessidade, reiteramos o requerimento, respeitosamente.

Sr. Presidente, srs. Deputados. O nosso Regimento Interno possui, no seu bôjo, princípios que devem nortear nossa conduta dentro e fora desta Casa, consubstanciados no parágrafo 5.º e 6.º do artigo 151, que diz o seguinte:

"§ 5.º — O Deputado dirigirá as suas palavras ao Presidente ou à Assembléia de um modo geral, não sendo permitidas expressões injuriosas ou descortêses.

§ 6.º — Referindo-se em discussão a um colega, o Deputado deverá preceder o seu nome do tratamento de senhor, e dar-lhe sempre o tratamento de Excelência quando a ele se dirigir”.

É óbvio que estamos tratando de uma questão de fato, o que fazemos com real desagrado, mas da qual não poderíamos fugir, conforme deixamos registrado nos anais desta Casa, numa de suas últimas sessões.

Realmente, na primeira oportunidade que se nos depara, aqui nos encontramos para abordar um ofício que o nobre deputado Paulo Poli enviou à Câmara Municipal de Arapongas, fazendo referência a este Deputado.

Todos os senhores estão lembrados da discussão e votação do Projeto de Lei n.º 104-70, de autoria do nobre deputado Abrahão Miguel. Sabem os srs. Deputados porque oferecemos uma emenda a esse projeto, embora se tratasse de um projeto de lei meramente autorizatório, visando excluir o município de Sabaudia, que o projeto incluía.

O projeto aprovado, no seu artigo 1.º autoriza o Executivo a criar uma inspetoria de Ensino em Arapongas, com jurisdição sobre Sabaudia. Na ocasião, fizemos uma ampla justificativa, inclusive dizendo que a liderança do MDB, naquele Município, liderança essa, por todos os títulos válida porque venceu com sobra as últimas eleições preferia que o município de Sabaudia continuasse, como continua até o presente, sob a jurisdição da Inspetoria de Ensino de Astorga, onde não grassa uma politicalha condenável dentro do ensino.

Nestas condições foi oferecida, esta emenda e ainda por se tratar de uma lei, de um projeto de lei meramente autorizatório, mas de caráter e de sentido altamente técnico com interesse da própria Secretaria de Educação e Cultura e em face aos reiterados vetos apostos pelo sr. Governador do Estado a projetos de lei desta natureza encaminhamos, naquela ocasião, um requerimento à Casa. Esse requerimento era no sentido de que fosse ouvida a Secretaria de Educação sobre a necessidade ou não da criação dessa Inspetoria. Tanto nossa emenda como nosso requerimento foram rejeitados e o projeto foi aprovado. Com relação ao projeto a aprovação foi unânime desta Casa, coerentes com nosso princípio e com nosso ponto de vista exteriorizados em várias peças votamos com o requerido, mas não votamos contra o projeto.

Posteriormente, fomos surpreendidos com um ofício dirigido à Câmara de Vereadores de Arapongas vasado nos termos seguintes:

(Lendo):

“Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Curitiba, 21 de junho de 1971.

Senhor Presidente:

Tem o presente a finalidade de informar a V. S. e demais membros deste Legislativo, que em data de 18 de junho próximo passado, foi aprovado por esta Assembléia Legislativa, Projeto de Lei n.º 104-71, de autoria do deputado Abrahão Miguel, criando neste próspero município uma Inspetoria Regional de Ensino.

Somente temos a lamentar que foi apresentado pelo deputado Muggiati Filho, emenda cuja cópia enviamos ao sr. Prefeito, retirando o município de Sabaudia, da jurisdição de Arapongas, mas que felizmente graças ao nosso trabalho junto aos demais colegas, foi rejeitada por esta Assembléia. Bem como outros requerimentos apresentados pelo mesmo deputado, um deles retirando da Ordem do Dia o referido Projeto.

Sendo só o que temos a informar, apresentamos a V. S. e demais membros deste Legislativo, nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente

(a) Paulo Poli

Deputado Estadual

Estamos já, de longa data, através de longa caminhada profissional, acostumados a não envolver questões pessoais com outros interesses, principal-
ARAPONGAS — (Pr.)”

Exmo. Sr.

Presidente da Câmara Municipal de
mente os de natureza pública.

Não temos, em absoluto, nada de caráter pessoal contra o sr. deputado Paulo Poli e em nossa atividade nesta Casa procuramos assim nos manter porque entendemos que o código de ética que se aplica ao Poder Judiciário, especificamente no exercício da advocacia não deve ser muito diferente o código de ética que deve orientar a função do legislador, o exercício de atividade de legislar.

Não desejo oferecer reparos à redação sob algum tempo confusa, do respeitável ofício, mas se é verdade que pautamos a nossa conduta no máximo respeito e observância aos princípios de ética, não menos verdade é que mesmo sem usar das mesmas armas, nós não deixamos sem contestações, e não fugimos também da luta que se nos ofereça, seja ela da espécie que for.

Assim, é, que não entendemos e não podemos aceitar que uma verdade seja falseada como foi neste ofício, porque não foi criada Inspetoria alguma de Ensino em Arapongas, foi autorizada a criação. E aqui diz: “Foi criada neste próspero município, uma Inspetoria Regional de Ensino”, e que se sirva de um expediente desta natureza para fazer-se um ataque pessoal a um colega.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. que sempre mereceu o meu respeito, e continua merecendo, diz que não pretende e não é do seu feitio, fugir da luta, seja qual for. A mesma coisa, faço minhas, essas palavras, e a aceito em qualquer terreno, em qualquer área, em qualquer forma a luta, se ela me for proposta. Isto posto, nobre Deputado, quero dizer a V. Exa. o seguinte: — que este ofício, realmente, foi encaminhado e ali aonde dizia que V. Exa. pretendia transferir a Sede da Inspetoria de Astorga, realmente, o requerimento pretendia excluir.

Quer dizer, houve um lapso de quem datilografou, é lógico. Agora, quanto às demais afirmações que “pretende criar ou fica criado”, é de certa forma, uma confusão que V. Exa. está querendo gerar. Agora, tinha aqui no Plenário, quando debatemos o assunto, pessoas de Arapongas que me solicitaram fosse enviada esta correspondência. Posteriormente, disse a V. Exa. para melhor esclarecer este assunto, que iria enviar como de fato vou enviar e estou comunicando a V. Exa. para que não paire dúvidas, para que V. Exa. não diga que estamos jogando baixo sei lá, eu vou enviar para esclarecer em definitivo este assunto, à Câmara e à Prefeitura, o “Diário da Assembléia” no qual constam os debates.

É um apelo que eu fazia a V. Exa., e quando V. Exa. pedia que este projeto fosse encaminhado à Secretaria de Educação, é claro, é evidente, que V. Exa. pretendia retirá-lo da Ordem do Dia, como estou afirmando aqui.

Portanto, quero informar ao ilustre Deputado, que vou encaminhar para a Câmara e para a Prefeitura, o “Diário da Assembléia” ali estão os debates, de modo que não vejo inconveniente algum, em que eu tome esta posição, enviando esta correspondência. Quanto ao reparo, que deve ser feito, estamos fazendo publicamente. Eu não vejo porque não fazê-lo, de fato o requerimento de V. Exa. é para solicitar alguma coisa. E feito este reparo, nobre Deputado, quero dizer, que continuo apreciando V. Exa. como sempre apreciei, mas não fujo da luta, e não me envergonho de ter encaminhado este expediente à Câmara e à Prefeitura, como outros que terei que encaminhar. V. Exa. tem toda liberdade de...

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. pode continuar encaminhando expediente desta natureza e nós queremos acrescentar, com relação ao aparte de V. Exa., mais uma réplica à alegada confusão que V. Exa. diz que esta.

riamos fazendo desta tribuna. Estamos expondo os assuntos com clareza; não me parece que existe qualquer confusão aqui...

O sr. Paulo Poli — V. Exa. faz tudo com muita malícia.

O SR. MUGGIATI FILHO — Tanto que, com referência ao "Diário da Assembléia" devo adiantar a V. Exa. que envio sempre os Diários da Assembléia a Vereadores daquela Câmara e V. Exa. dexe encaminhar também...

O sr. Paulo Poli — Não tem problema.

O SR. MUGGIATI FILHO — E quem quiser se inteirará dos debates. Mas o que eu não posso aceitar é que também irônica e alguém solicite a retirada de um requerimento que eu encaminhei à Mesa sobre uma matéria técnica que eu tenho a opinião formada, como se isso fôsse um argumento válido para fazer crítica a quem quer que seja. Não recuso críticas; aceito as críticas.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MUGGIATI FILHO — Não concedi aparte a V. Exa. e como V. Exa. é Deputado mais antigo do que eu, deve saber que apartes são usados quando concedidos.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. é muito gentil. Nobre Deputado, V. Exa. há de convir comigo, que quando fala em apelo irônico; V. Exa. há de convir que não poderá fugir disto, quando Exa. chegou exatamente junto à Primeira Secretaria, chamei V. Exa. e falei-lhe a sós. E fiz-lhe um apelo. Primeiro, fiz ver V. Exa. que não ficaria bem a tramitação daquele requerimento que iria retardar a tramitação deste projeto que era do interesse do município que tão bem V. Exa. representa. Ante a recusa de V. Exa. eu, preliminarmente, afirmei que não ia fazer com ironia, que este apelo, caso não fosse atendido, ia fazê-lo da tribuna; foi o que fiz. Mas, V. Exa. está afirmando que irônica e eu fiz este apelo. Não estava pretendendo criar confusão; eu o considero bastante. E se V. Exa. quer fazer justiça, há de se recordar desse episódio. Falei primeiro oficiosamente a V. Exa.; fiz um apelo como amigo, como o considero e o alertei que eu seria obrigado a repetir este apelo da tribuna, aí sim ficaria registrado.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. fez um apelo de caráter paternal. E eu quero dizer a V. Exa. que sou contra este tipo de apelo, no exercício das minhas atividades legislativas. Diria a V. Exa. que o requerimento visava um compromisso. Em caso de aprovação da Secretaria que o Governo tinha interesse em realmente criar sub-inspetorias de Ensino. Porque não adiantaria nada o projeto ser aprovado por esta Casa; se o Governo não criasse as sub-inspetorias. V. Exa. sabe melhor do que eu. Eu também tinha um argumento para balancear o argumento de V. Exa. e V. Exa. não levou em consideração.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não desejo, absolutamente, entrar na polêmica de VV. Exas. estão mantendo, a respeito de ofício que teria na mesa do sr. Deputado, enviado à Câmara Municipal de Arapongas. Mas eu me lembro muito bem que encaminhei a votação do requerimento de V. Exa. E naquela oportunidade, como agora, eu sou visceralmente contra todos os requerimentos que têm o mesmo vício de origem do que V. Exa. subscreveu naquela tarde nesta Casa.

O SR. MUGGIATI FILHO — Ponto de vista que eu respeito.

O sr. Erondy Silvério — Agradeço a compreensão de V. Exa. E V. Exa. que me concedeu o aparte regimentalmente, sabe também que tem que permitir que eu conclua o mesmo.

Jamais aceitei que este Poder ficasse jungido a uma Secretaria de Estado.

O Deputado, ao legislar, deve fazê-lo soberanamente, porque é o representante soberano do povo do Paraná e não deve satisfação a ninguém para legislar dentro desta Casa. Portanto, me insurjo, não quanto ao mérito da proposição de V. Exa., mas quanto à forma com que quis V. Exa. conduzir

o assunto, submetendo um Poder independente, que é o único que realmente emana do povo, a uma Secretaria de Estado. Mandar consultar uma Secretaria de Estado, para ver se está de acordo com um projeto apresentado por um Deputado nesta Casa, quando temos uma Comissão permanente e específica para tratar de assuntos de educação! Fui contra o requerimento de V. Exa., e neste ponto estou do lado do deputado Paulo Poli, não na questão pessoal entre V. Exa. e o Deputado, mas na luta que teve, com outros Deputados, para que o requerimento de V. Exa. fosse rejeitado por esta Casa.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço o aparte e, assim como o nobre Deputado tem seu ponto de vista, tenho o meu. Apenas acrescentaria, com relação a esta questão e se houver um órgão do Poder Executivo interessado, que eu prefiro ouvir o órgão do Executivo interessado a depois aceitar aqui os vetos do sr. Governador do Estado a projetos desta natureza. Tanto que nossa Bancada tem sistematicamente rejeitado os vetos.

Os srs. Deputados que acompanham a votação desta matéria devem ter observado que a Bancada do MDB, coerente com seu ponto de vista e com sua votação em Plenário, rejeitou os vetos do Governador do Estado. Porque de nada adianta mantermos, por um lado, a soberania e depois relegarmos inteiramente esta soberania. Não me parece que tenha sido, até o presente, rejeitado sequer um veto do sr. Governador do Estado. Todos os votos a projetos desta natureza, com este argumento, são aprovados. Então, defendemos este princípio.

Respeito o ponto de vista do nobre deputado Erondy Silvério, que é válido, mas tenho o meu e quero dizer que não estou tratando de caso pessoal. Estou contestando um ataque pessoal que recebi, feita no exercício de uma atividade pública que exerço e que foi deturpada para uso de interesses que reitero menos válidos.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Também respeito o ponto de vista de V. Exa. e não quero deixar transitar em julgado uma afirmação que a mim parece irônica de V. Exa.. Não quero aceitá-la como carapuça. V. Exa. disse que é preferível ouvir o órgão do Governo antes de apresentar o projeto do que aceitar passivamente o veto do Governador. V. Exa., que é constitucionalista, sabe que a Constituição diz que os Poderes são independentes, embora harmônicos entre si. Aceito os vetos do Governo, quando vêm com justificativas que me convencem. Quando a justificativa do Governo nos convence, aceitamos passivamente os vetos do Governo a projetos oriundos desta Casa.

Mas, isto não implica na necessidade de ouvirmos um órgão do Governo para aqui desempenharmos e cumprirmos nossa missão de legislador. Nós ouvindo o povo, sentindo a necessidade do município, a necessidade do Estado, apresentamos a lei. O sr. Governador do Estado, muitas vezes, na justificativa, apresenta razões plausíveis para que o veto seja aprovado, para mostrar, ao Deputado que a lei não pode ser aplicada, ou por falta de recursos financeiros, ou porque sua utilidade não se faz presente na administração do Estado.

Aí é que verificamos que os Poderes embora independentes são harmônicos. Temos a independência de apresentar a lei, e somos harmônicos com o Executivo em aceitar as razões do veto.

Agradeço o aparte que V. Exa. me concedeu e devo dizer que apenas quis fixar a minha posição com relação a passividade da ARENA em aceitar os vetos do sr. Governador. Não falo em nome de minha Bancada, falo em meu nome pessoal e na minha posição na apreciação de vetos.

O SR. MUGGIATI FILHO — Acredito que V. Exa. tenha, realmente, — não posso afirmar com certeza — votado já pela rejeição de vetos e, inclusive, com declaração de voto.

Eu também fiz uma referência a projetos dessa natureza, de criação de Inspeção de Ensino. O Regimento Interno manda que se consulte o órgão

competente. A Casa tem um órgão competente. Mas, esse órgão competente, para falar sobre a criação de uma Inspeção de Ensino teria que sair daqui e fazer um estudo no local.

Entendo que sem que o Poder Legislativo decaia de sua soberania, num caso dessa natureza, em que há contestação de vários municípios, e eu contestei o projeto e nada mais estava fazendo do que interpretar o que o povo daquela localidade sentia, pelo menos a sua maioria. Então, seria o caso de ouvirmos o órgão técnico do Executivo sem que o Poder Legislativo decaísse de sua soberania.

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Deputado, essa polêmica estabelecida entre V. Exa. e o sr. deputado Paulo Poli, dá, evidentemente, condições para que se analise este outro lado da matéria que foi trazido pelo sr. deputado Erondy Silvério.

Realmente, sr. Deputado, o legislador, o homem que representa o povo, apresenta um projeto sem que se procure ouvir os órgãos técnicos de um outro Poder.

Porque no caso em espécie, sr. Deputado, se o projeto sai daqui para audiência de um órgão técnico de outro Poder, poderá vir com parecer contrário. Então, ficaria o Plenário da Assembleia em dificuldade de julgar definitivamente, porque o projeto já tinha parecer prévio e implica no pré-julgamento, diminuindo, inclusive, as atribuições deste Poder.

O que ocorre é que uma vez aprovado, o projeto vai para o Executivo. E lá, através da sua assessoria, dá as razões se deve, ou não, aceitar o projeto. Então, este exame teria que ser sempre posterior à manifestação deste Plenário, e nunca antes do Plenário se manifeste.

Era esse ponto de vista que gostaríamos de deixar registrado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço a V. Exa.

A matéria, como se vê, é de amplitude, com vários ângulos para serem abordados.

Confesso que, excepcionalmente, admito essa hipótese, porque o próprio órgão técnico, como diz V. Exa., no caso de emitir parecer contrário, estaria pré-julgando. Mas, isso pode derreper das Comissões Técnicas da Casa. E, muitas vezes, contra o parecer das Comissões, são aprovados os projetos que são sancionados pelo Governador, pelo Poder Executivo, porque posteriormente um órgão técnico pode ter mudado sua opinião. Mas, o motivo principal que me trouxe à tribuna é deixar registrada nossa contestação ao modo pelo qual foi feita a publicação desse ofício do sr. deputado Paulo Poli, porque julgamos, entendemos que S. Exa. feriu os princípios éticos que nos devem orientar, para que exista plena harmonia dentro desta Casa.

Mas quero lamentar, acima de tudo, a conduta de ética do Presidente da Câmara de Vereadores de Arapongas, que lança um despacho num ofício dessa natureza "publique-se". Para ser publicado numa revista, custando dinheiro ao Município, quando no interior do mesmo município crianças padecem por falta de médicos, por falta de leite, por falta de escolas e até padecem e morrem de fome.

Era só. Obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. deputado Nivaldo Krüger. (Pausa) Não estando presente o sr. deputado Nivaldo Krüger, concedo a palavra ao sr. deputado Lopes Júnior. (Pausa) Não se encontrando presente o sr. deputado Lopes Júnior, concedo a palavra ao sr. deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu, muito embora para encerrar esse assunto, digo aqui desta Tribuna que não considero falta de ética, comunicar o que ocorre aqui nesta Casa às Câmaras de Vereadores. Quero dizer que se carapua houve, para mim, não serviu, mas quero dizer também, paralelamente, que o deputado Mug-

giati Filho é realmente um Deputado brilhante, um grande líder, continua merecendo nosso respeito. Devolvo apenas, se ofensa houve, se carapuça foi lançada, devolvo dizendo que não a aceito.

Passando ao item seguinte, que me trouxe propriamente à tribuna, já encaminhei à Mesa da Assembléia um requerimento oriundo de uma reunião que se fez em Apucarana, sob a presidência do major Nascimento Lins, comandante da 4a Companhia de Infantaria. Aquêles militar, revolucionário autêntico, como de fato é um homem de atitudes corajosas, arrojado, e espírito eminentemente patriótico citou que o Paraná, como todo o Brasil, atravessa hoje um período difficilissimo que no que tange ao combate ao tóxico e crimes, principalmente. Tendo em vista a onda de crimes que vai por todo esse país, e porque não dizer, principalmente e com maior incidência em nosso Estado, notadamente em nossa Capital, temos ouvido aqui desta tribuna pronunciamientos e as criticas mais veementes ao atual Governo, tentando responsabilizá-lo por esse estado de coisas, o que não podemos, absolutamente, admitir. Não sei, sr. Presidente, srs. Deputados, se um Governador que assume um Estado há poucos meses poderia ter reestruturado todo o corpo policial do Estado, não sei.

Nesta minha segunda afirmativa, sr. Presidente, srs. Deputados, não pretendo criticar o Governo passado, tenho a dizer que oriundas de obras naturalmente, muitas dívidas ficaram. Não critico, absolutamente, as dividas porque, na realidade, obras foram feitas, mas a verdade é que o Governo encontrou uma situação financeira difficil. A preocupação principal do Governo atual foi pagar ao funcionalismo; o Governador tinha que fazer com que o funcionalismo não morresse de fome, pois muitos estavam há quase três meses sem receber; o Governador, primeiro, tinha que arrecadar para pagar essa gente, tinha que arrumar a casa para depois então começar a dirigir o Estado.

Houve, então, essa reunião em Apucarana que mereceu todo nosso apoio e nosso aplauso não somente porque teria sido inspirada, dirigida e presidida por eminente militar, em absoluto, porque muitas vezes temos divergido de militares, mas porque ela teria um sentido elevado.

Recebemos do Prefeito de Arapongas, se me permitir o deputado Mugiati Filho, vou ler o officio que faz menção a essa reunião. Veremos como é fácil tecer criticas construtivas porque há criticas, mas há sugestões.

O officio diz o seguinte:

(Lendo): — "Of. n. 297-71.

Arapongas, 3 de agosto de 1971.

Senhor Deputado:

Tenho a grata satisfação de vir à honrosa presença de V. Exa. a fim de solicitar suas devidas providências no sentido de se fazer constar no projeto de Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1972, dotação sufficiente para a Secretaria de Segurança Pública, que permita a esta, por sua vez, dar condições de melhor funcionamento, inclusive aparelhamento adequado, às Delegacias de Polícia do Interior do Estado para que melhor executem suas finalidades sociais.

Cabe observar, nobre Deputado, que até agora a Administração Pública sempre se preocupou mais com outros setores, como o da Educação; Saúde, Transportes, etc., deixando o da Segurança Pública relegado a segundo plano, de tal sorte que as Delegacias de Polícia se sentem atualmente completamente sem condições materiais, e mesmo humanas, para o pleno exercício de seus altos objetivos. O assunto é complexo e vasto, ensejando estéreis discussões. Porém, analisado com espírito objetivo e prático, ressalta logo à primeira vista que o Estado tem se descuidado, em virtude de nos Orçamentos passados a dotação consignada à Secretaria de Segurança Pública ser sempre das mais baixas, muito aquém de suas reais necessidades.

Assim, ante o clamor da opinião pública, exigindo eficaz combate ao tráfico de entorpecentes e as diversas modalidades de crime, verifica-se, em

breve análise, que as Delegacias de Polícia devem ser melhor aparelhadas, como primeiro passo, e, para tanto, necessário se torna melhor dotação orçamentária face a estreita dependência de uma questão à outra.

Gostáramos, pois, que V. Exa. pudesse suscitar o debate de tão grave problema na Assembléia Legislativa, formulando indicação ao Exmo. Sr. Governador do Estado para que a Secretaria de Segurança Pública seja mais aquinhada no próximo Orçamento, e envidando seus esforços pessoais junto aos órgãos fazendários competentes para elaboração do respectivo projeto de lei.

Estou certo, senhor Deputado, que se conseguir despertar a consciência do Governo para o estudo e a análise de tão magno assunto, bastará por si só para marcar sua passagem na atual legislatura.

Confiante de contar com seu irrestrito apoio, aproveito o ensejo para reiterar a V. Exa. os protestos de meu elevado apreço e estima.

(a) **Sadano Yokomizo** — Prefeito Municipal.

Osr Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Inicialmente, quero agradecer a V. Exa. por ter me concedido o aparte. Não estou do lado daqueles que estejam acusando o atual Governo pela onda de crimes e de assaltos que tem se verificado, principalmente, na Capital do Estado. É evidente, que o sr. Haroldo Leon Peres, em apenas cinco meses de governo não poderia consertar uma situação que vinha há decênios atinguindo a nossa Polícia.

Mas também não posso aceitar passivamente, quando V. Exa. diz que o Governo, nada fez, porque encontrou dívidas do Governo anterior. V. Exa. diz que o Governo anterior, deixou dívidas, mas deixou obras, agradeço a V. Exa. por reconhecer esta verdade.

Novamente quero reprisar, nobre Deputado, que o Governo atual, até agora, nada fez no setor de Segurança.

V. Exa. diz que o Governo anterior, neste sentido, sempre lutou em favor da nossa Polícia Civil. Mas V. Exa. vem de reprisar um assunto, que o atual Governo tem que pagar o funcionalismo em atraso. Mas isto não tem nada a ver com o problema de segurança pública. Porque V. Exa. sabe as razões pelas quais o atual Governo encontrou o funcionalismo em atraso, cerca de três meses. Não vamos voltar ao assunto que já foi cansativamente abordado nesta Casa. Mas ocorre que neste exercício financeiro, entrou em vigor uma lei votada por esta Casa criando o Fundo de Equipamento da Polícia Civil, que constitui quase que um orçamento à parte, da Secretaria de Segurança, é fruto da arrecadação das taxas sobre diversões públicas, de todos os serviços que a Segurança presta à coletividade, taxas que foram majoradas até em 10 mil por cento, porque estavam obsoletas. Porque existiam taxas que variavam de um a 10 centavos. Vê V. Exa. que eram taxas votadas por esta Casa de Leis, em 1948. Portanto, elas deviam ser atualizadas, como realmente o foram, mas elas são quase que um orçamento à parte, para a Secretaria de Segurança. E como este dinheiro tem fim específico, que é o de equipar a Polícia do Estado, não há razões para que o Governo venha alegar déficit, encontrado na parte orçamentária que se refere a pagamento de pessoal; o que o Governo precisa é aplicar imediatamente o fruto da arrecadação das taxas de diversões públicas, no reequipamento da Polícia Civil. Porque a nossa Polícia, devidamente aparelhada, devidamente atualizada, poderá oferecer combate ao crime que conta com armas cada vez mais poderosas, porque o crime hoje está quase que organizado não só no Paraná, mas em todo o mundo. Portanto, não quero atribuir a este Governo, mas em todo o mundo. Portanto, não quero atribuir a este Governo esta responsabilidade, absolutamente. Mas o que o Governo precisa é realmente de meios financeiros e adequados para reequipar a nossa Polícia. Era o aparte.

O SR. PAULO POLI — Sempre é um prazer dialogar com V. Exa. porque com este espírito honesto, correto, e franco que orienta V. Exa. nos

deixa assim à vontade, porque esta também é a nossa conduta, a nossa formação, então eu sinto, nobre Deputado, que realmente hoje, dentro destas novas leis votadas, tem o Governo, condições financeiras de atender este setor. Estou de acordo com V. Exa., perfeitamente. Porém, V. Exa. haverá de convir comigo que estas leis, tais providências foram tomadas no decorrer dos meses antecedentes e não é de um momento para outro que o Governo equipa uma Polícia que, a bem da verdade, quero destacar, nobre deputado Erondy Silvério, não se deve culpar somente o Governo imediatamente passado; deve-se responsabilizar todos os Governos passados; os grandes Governos que o Paraná teve, o de Ney Braga, o de Paulo Pimentel. Mas, esse setor foi esquecido. E essa crítica cabe quase que a todos os Governos; e não seria bem crítica, porque aqueles governantes não poderiam prever este agigantamento brutal que nosso Estado teve; que teve nossa Capital. Hoje Curitiba, nobre deputado Erondy Silvério, sofre o gigantismo; é uma Capital que se agiganta e cresce em todos os sentidos: vertical e longitudinalmente. E veja que o sistema adotado nas grandes capitais, não sei se critico ou não com relação ao "esquadrão da morte"; aqueles marginais vieram para o Paraná, onde a Polícia é mais humana e estão sofrendo com isso. Ou seja que este juiz probo e digno, irmão de nosso eminente e digno colega, deu sua própria vida em sacrifício desse Estado. Como diz V. Exa., o assunto é sério, delicado.

Farei no momento uma denúncia, cuja idéia me ocorreu, e que me foi feita na via pública. E V. Exa., nobre Deputado que é um homem de empresa, é aliás um homem digno de ser imitado; que dirige pessoalmente os seus negócios, ue tenho dito aqui, que levanta de madrugada, muito embora não tenha necessidade disso; talvez V. Exa. já tenha tomado providências a esse respeito.

Hoje, o motorista de táxi que me trouxe, contou-me que empresas que têm como empregado, motoristas profissionais, às vezes admitem marginais, como motoristas. Ocorrendo casos lamentáveis, porque V. Exa. pode imaginar o que significa o marginal, com um veículo nas mãos, de utilidade pública, o perigo que expõe a população. Eu sei que na empresa de V. Exa. que tem muitos empregados é feita uma triagem perfeita. Mas, V. Exa. que milita neste setor de transporte, que é um líder de fato, solicito que V. Exa. faça desta Tribuna um pronunciamento ou requerimento para que as empresas tenham este cuidado; façam uma triagem ao admitir seus funcionários, porque, segundo denúncias, me parece que, em vez de profissionais, admitem marginais, oriundos de outros Estados.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). O motorista que o informou, não o fez corretamente. Admite-se que os proprietários de automóveis de aluguel de Curitiba e algumas empresas que se dedicam a este ramo pudessem admitir marginais como funcionários, enquanto este serviço estava sob a égide do DETRAN. Mas, no ano passado, o Governo introduziu dispositivo constitucional, transferindo a responsabilidade do serviço de táxis ao município de Curitiba. E é um serviço modelar, e exemplo para todo o país, que está organizando a Prefeitura de Curitiba. Todo o motorista para trabalhar resta profissão, além de preencher uma série de quesitos tem que apresentar um atestado de boa conduta fornecido pela Polícia Civil do Estado. Se ele conseguir fraudar a Polícia Civil, não é mais problema de proprietário da empresa ou do dono dos taxis, mas da própria Polícia Civil.

O SR. PAULO POLI — Não entendo do assunto e deleguei a V. Exa. este trabalho. Este esclarecimento que V. Exa. faz é oportuno para que os usuários fiquem mais à vontade. Porque depois deste crime contra o Juiz de Direito, todo cidadão que tiver que tomar um taxi à noite, ficará preocupado. Acho oportuno que V. Exa., que vive o assunto, quando tiver uma oportunidade esclareça, para tranquilidade da opinião pública, o que realmente ocorre.

Já encaminhei requerimento à Mesa pedindo ao Governador que, no Orçamento do Estado, mande reforçar a verba para a Segurança Pública. E sugiro a V. Exa. que elabore um requerimento apelando ao sr. Governador que faça uso desta taxa para o mais rápido aparelhamento de nossa Polícia, já que a tese é de iniciativa de V. Exa. Gostaria que V. Exa., na forma de sugestão, oforecesse este requerimento à apreciação da Casa e, de antemão, em meu nome pessoal, quero dizer que daria todo o apoio a este requerimento.

— (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Antônio Belinati, orador inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Esta Casa de Leis aprovou ontem, em Redação Final, Projeto de Lei de autoria de um deputado que hoje representa o Paraná na Câmara Federal, pelas fileiras de nosso Partido, deputado Sílvio Barros. Apresentou ele, em quinze de julho do ano passado, uma emenda ao projeto que criou em nossa cidade de Londrina o Instituto Agronômico do Paraná. O deputado Sílvio Barros aqui veio com uma emenda ao Projeto de Lei n. 6.061, de 16 de dezembro de 1969, que criou o Instituto Agronômico do Paraná, transferindo o Instituto para a cidade de Maringá. Porém, sr. Presidente, srs. Deputados, queremos salientar que esta lei contraria o próprio ministro Pratini de Moraes que veio ao Paraná especialmente para o lançamento do Instituto Agronômico de Londrina. O próprio IBC, através de seu Presidente, srs. João Ribeiro Júnior, destinou verba para o Instituto que já adquiriu terreno em Londrina e está com o projeto para a sua construção, devendo, no ano que vem, entrar em funcionamento.

E nós gostaríamos, aqui, sr. Presidente, srs. Deputados, de fazer um apelo ao sr. Governador Haroldo Leon Peres, através de seu líder João Mansur, que vete este Projeto de Lei e a Emenda ontem aprovada; porque, seria um atentado contra o próprio ministro Pratini de Moraes e também à cidade de Londrina que se preparou para ali receber o Instituto Agronômico do Paraná. E não seria justo que, agora, esse Instituto fôsse transferido para Maringá. Não que Maringá não o mereça, muito pelo contrário. Fazemos votos que Maringá conte com seu Instituto. Porém, seria uma deselegância, uma medida anti-democrática e bairrista, retirar de Londrina aquilo que foi criado, aquilo que recebeu apoio de seu Prefeito, de seus Vereadores, de seu povo, do IBC e do ministro Pratini de Moraes, que vem dando toda colaboração para o Instituto Agronômico do Paraná entrar em funcionamento na cidade de Londrina.

Portanto, srs. Deputados, quando a Assembléia Legislativa vota uma lei como esta, porque aqui é, realmente, a Casa do povo, onde são processados os mais acalorados debates democráticos, não poderíamos, como representantes de Londrina, ao lado dos nobres deputados Álvaro Dias e Lázaro Dumont, ficar calados e ver ser retirado de Londrina aquele Instituto que é, hoje, a obra mais sonhada e reivindicada, pelo povo londrinense.

O nosso apelo, temos certeza, será atendido, porque não é um apelo individual, é um apelo em nome de uma cidade toda, para que o Instituto Agronômico do Paraná continue na cidade de Londrina.

O sr. Governador do Estado que já esteve, por várias vezes, em Londrina, sendo ali recebido pelo povo, não apenas pelos seus correligionários, mas também pelo Prefeito de nossa cidade, pelos Vereadores do MDB. Porque, em Londrina, não há uma preocupação política e sim a preocupação do trabalho e do desenvolvimento.

Nós esperamos que este Governador que veio de Maringá — é verdade — mas que sempre foi recebido de braços abertos, com delicadeza e com respeito, pelo povo de Londrina, possa vetar esta lei trazida para cá por um Deputado de nosso Partido. Mas, dentro da própria democracia, temos que discordar, mesmo quando seja uma lei votada por homens que pertencem às fileiras de nosso Partido.

Mas, em nome da cidade de Londrina, reclamamos, com toda justiça, esta grande obra que é o Instituto Agrônomo do Paraná, apoiado, desde o mais humilde morador de Londrina, até os mais altos escalões da República, como é o caso do ministro Práti de Moraes. Muito obrigado. —
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Fuad Nacli, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

— **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n. 243-70, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Santa Mariana. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 243-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o Conselho de Santa Mariana, sociedade civil com fôro e sede no Município de Santa Mariana.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17-06-71.

aa) **Cândido Manoel Martins de Oliveira** — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Maurício Fruet

— **3a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n. 249-70, de autoria do dep. Igo Iwant Losso, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Beneficente de Guarapuava. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

— **3a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n. 21-71, de autoria do dep. Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública, a Associação Brasileira de Mulheres Médicas — Seção do Paraná, com sede e fôro nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado.**

— **3a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n. 33-71, de autoria dos Deputados Paulo Poli e Wilson Fortes, fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Hospital Psiquiátrico "Cândido Berthier Fortes", de Paranavai, uma Camioneta Rural Willys, como especifica. — Parecer favorável da C.C.J. — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado.**

— **3a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n. 89-71, de autoria do dep. Paulo Poli, fica acrescido ao artigo 131, da Lei n. 5.871, de 6 de novembro de 1.968, o Parágrafo que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — com Substitutivo Geral. — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado o substitutivo.**

— **2a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n. 8-70, de autoria do dep. Ivo Thomazoni, fica denominado Ginásio Estadual "Arthur da Costa e Silva", o atual Ginásio Estadual da sede do Município de Cândido de Abreu. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.J. — com Emenda Substitutiva. — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado.**

— 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 237-70, de autoria do dep. Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio, através do Departamento de Estradas de Rodagem, com o Município de Maringá, para proceder a pavimentação asfáltica do trecho entre a Avenida Brasil e a Rodovia BR-13. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Em Regime de Urgência. — Aprovado.

— 2a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 257-70, de autoria do dep. Eroncy Silvério, que declara de Utilidade Pública a Central de Voluntários do Paraná, desta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

— 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 103-71, de autoria do dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pirihais, Município de Piraquara. — Parecer favorável da C.C.J. — Em Regime de Urgência. — Aprovado.

— 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 172-70, de autoria do dep. Arnaldo Busato que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 25,00, a Dolores Vieira. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 172-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros), a Dolores Vieira.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de julho de 1.970.

a) Dep. Arnaldo Busato.

JUSTIFICAÇÃO:

A beneficiária da presente proposta é pessoa necessitada do amparo público. De idade já avançada e portadora de moléstia que a impossibilita ao trabalho, é credora do pequeno auxílio proposto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 172-70

AUTOR: Dep. Arnaldo Busato

I — A matéria já é regulada por lei e a pensão pretendida está enquadrada dentro dos limites anteriormente fixados.

II — Isso pôsto, somos favoráveis à aprovação.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1.971.

aa) Muggiati Filho — Presidente em exercício

Emílio Carazzai — Relator

Arthur de Souza

Acyr José

Igo Losso

Gilberto Carvalho

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 172-70

O presente Projeto de Lei vem articulado e devidamente justificado, tudo de acôrdo com o Regimento Interno.

Por outro lado o mesmo não fere preceitos financeiros, razão pela qual somos pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1.971.

aa) Leopoldo Jacomel — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Sebastião Rodrigues Júnior

Ovídio Franzoni

Paulo Poli

Santos Lima

— 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 236-70, de autoria do dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirai do Sul, um terreno urbano de 12.440,50 m², na forma e como especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 236-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, por doação, ao Município de Pirai do Sul, um imóvel constituído de um terreno urbano, com a área de 12.440,50 m², sem benfeitorias, confrontando-se: pela frente, em 89,00 m., com a rua Alfredo Moreira; pelo lado direito, em 133,00 m., com patrimônio do Estado do Paraná; pelo lado esquerdo, em 145,00 m., com propriedade de Elvio Marchiori, e, pelos fundos, em 90,00 m., com quem de direito, havido na forma da transcrição n. 6.148 no livro 3-I, do Registro de Imóveis da comarca de Pirai do Sul.

Parágrafo Único — O imóvel a que se refere este artigo é destinado a construção de uma praça de esportes.

Art. 2.º — Fica estabelecido o prazo de cinco (5) anos para a destinação prevista por esta Lei, findo o qual retornará o imóvel ao patrimônio do Estado, desde que não lhe seja dado o fim especificado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de Setembro de 1.970.

a) Dep. Gabriel Manoel

JUSTIFICATIVA:

Medida que se impõe, é dotar Pirai do Sul com uma praça de Esportes. A juventude e a população daquela tradicional cidade ressentem-se de local onde se possa praticar e assistir qualquer modalidade de esporte. Por esta razão, parece-nos "data vênia", ser um dever do Estado satisfazer um desejo da população da cidade indicada.

Estas são, Senhores Deputados, as razões que nos levam a apresentar o presente plano de Lei à consideração de Vv. Exas., esperando se lhe dê o indispensável apoio e final aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA **PROJETO DE LEI N.º 236-70**

SÚMULA: Autoriza doação de imóvel ao Município de Pirai do Sul.

AUTOR: Deputado Gabriel Manoel.

P A R E C E R

1. O Projeto em apreciação autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirai do Sul um imóvel medindo 12.440,50 m², sem benfeitorias, localizado na área urbana da sede daquela comuna, de propriedade do Estado, para construção de uma praça de esportes.

2. A doação, se feita, deverá obedecer a uma condição, qual seja a de que no prazo de 5 (cinco) anos se torne efetiva a construção de dita praça de esportes, revertendo ao Estado o terreno, se essa condição não se verificar.

3. O art. 21, letra c, da Constituição Estadual legitima a pretensão do autor do Projeto, razão pela qual opinamos, no que tange à sua constitucionalidade e legalidade, pela aprovação do mesmo.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1.971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Arthur de Souza

Igo Losso

Emílio Carazzai

Cândido Martins de Oliveira

Gilberto Carvalho

Sebastião Rodrigues

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 236-70

I — O Projeto de Lei em exame autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirai do Sul, um terreno urbano sem benfeitorias, destinado a construção de uma praça de Esportes.

II — Estabelece ainda, que a doação, se realizada, deverá obedecer a uma condição, qual seja a de que no prazo de cinco anos se torne efetiva a construção da Praça Esportiva, revertendo ao Estado o terreno se esta condição não se verificar.

III — A matéria já recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, e tratando-se de mera autorização legislativa, nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 7 de junho de 1.971.

aa) Arizone Araújo — Presidente

Marciano Baraniuk — Relator

Sebastião Rodrigues

Antônio Maciel

Santos Lima

— 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 82-71, de autoria do dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Estadual no Município de Palotina, para funcionar a partir do ano em curso. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com Substitutivo Geral. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 82-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Colégio Estadual no Município de Palotina, para funcionar a partir do ano de 1.971.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1.971

a) Leopoldo Jacomel

JUSTIFICATIVA:

O Colégio que pretende-se criar, através do presente projeto de Lei, virá inegavelmente, trazer grandes benefícios aos habitantes daquela rica e próspera região, notadamente ao grande contingente de estudantes em condições de cursos escola de tal nível.

Além do mais, a criação do mencionado estabelecimento de ensino, virá, também, desonerar o orçamento doméstico daquela população, que lá resi-

dem por longos anos, o nosso pensamento é puro e simplesmente objetivando da massa estudantil para outros pontos a fim de conseguir aquele grau de ensino.

Nada mais justo seria atender as pretensões dessa gente laboriosa, criando-se o Colégio Estadual no Município de Palotina, razão pela qual, submetemos este plano de Lei, à apreciação de nossos ilustres e preclaros Pa-res, esperando se lhe de acatamento.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 82-71

AUTOR: Deputado Leopoldo Jacomet

Município de Palotina.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Estadual no

P A R E C E R

Muito embora a justificativa apresentada demonstre, com dados respeitáveis e razões relevantes, a necessidade e oportunidade de se criar o estabelecimento de ensino objeto deste plano de Lei, somos de parecer contrário à sua aprovação, por motivos de ordem legal. E firmamos esta posição não apenas em relação a este, mais igualmente a outros projetos de lei que visam a criação de novos estabelecimentos de ensino, em razão do Artigo 30, da Lei n. 4.178, de 5 de dezembro de 1.964 (Sistema Estadual de Ensino), que diz o seguinte: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura". Ora, se já existe uma lei autorizando o Poder Executivo a criar estabelecimentos de ensino tanto do nível primário, quanto ao nível médio, entendemos ser totalmente desnecessário outra lei autorizatória. Além disso, se o Sistema Estadual de Ensino conferiu àquele Poder tal prerrogativa, o fez evidentemente, com o objetivo de dar à S.E.C. o direito e, mesmo o dever, de só propor criação de novos estabelecimentos de ensino, após a verificação prévia das condições de funcionamento consentâneas com as normas emanadas do Conselho Estadual de Educação e com o próprio orçamento do Estado.

Em termos educacionais, entendemos que a criação de uma Escola de nível médio, deve respeitar um planejamento global emanado do órgão competente do Governo. Não nos reportamos apenas a questões de ordem financeira, mas, também, à disponibilidade de Professores habilitados, estatística de alunos na faixa etária correspondente e, inclusive, mercado de trabalho aos egressos de Escola que se pretende criar.

Longe de nós, entretanto, desejar excluir o legislador, o representante popular, o Deputado Estadual — que, teoricamente, é a pessoa que mais deve conhecer os problemas de sua região, bem como as necessidades fundamentais em todos os campos de atividade, inclusive e, sobretudo, o educacional, do processo de criação de novos estabelecimentos de ensino. Entendemos, apenas, que o projeto de lei, não é o caminho legal e normal, para colimar tal objetivo.

Para despertar a atenção do Poder Executivo sobre as necessidades de um Município ou de uma região e, ainda, para solicitar providências ou determinadas medidas do Governo, o Regimento Interno da Casa nos indica caminhos variados; entre os quais o Requerimento e as Indicações.

Diante disso, opinamos no sentido de que o presente projeto de lei, assim como os que tratarem do mesmo assunto, ouvidos os seus autores, sejam transformados em requerimentos a serem encaminhados ao Chefe do Poder Executivo e à Secretaria de Educação e Cultura.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1.971

aa) **Muggiati Filho** — Presidente

Cândido Martins de Oliveira — Relator

Rejeitado o Parecer. Designo o dep. Gilberto Carvalho para relatar de acôrdo com o voto vencido. Em 30-6-71.

a) **Muggiati Filho** — Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N. 82-71

1) — Em face da circunstância de ter sido rejeitado o parecer do primitivo Relator, nobre Deputado **Cândido Martins de Oliveira**, fomos designados para relatar o supra referido Projeto de Lei, nos termos do que dispõe o § 5.º, do art. 60, do Regimento Interno.

2) — Assim sendo, adotamos o ponto de vista manifestado pela maioria, quando por ocasião da discussão do mencionado parecer, ou seja, entendemos que o Projeto está em condições de seguir a sua tramitação normal, inclusive de ser aprovado por esta Assembléia, se assim entender a maioria de seus membros, visto que a mesma Proposição é justa e oportuna.

3) — Em face das considerações expedidas, somos pela sua aprovação, obedecido o substitutivo anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 7 de julho de 1.971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Emílio Carazzai, Acyr José, Igo Losso, Ovidio Franzoni

SUBSTITUTIVO GERAL

AO PROJETO DE LEI N. 82-71

SOMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar, na sede do Município de Palotina, um Colégio Estadual na forma que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Palotina, um Colégio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7 de julho de 1.971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Ovidio Franzoni, Igo Losso

COMISSÃO DE FINANÇAS

P A R E C E R

O presente projeto de lei vem devidamente articulado e justificado, de acôrdo com o que determina o Regulamento Interno.

Em se tratando de matéria de caráter autorizatório, não encontramos qualquer implicação de ordem financeira.

Quanto a oportunidade nada há a apor.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em...

aa) **Leopoldo Jacomet** — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Paulo Poli, Mauricio Fruet

1ª. Discussão — do Projeto de Resolução n.º 10-71, da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 98-70 — que aprova convênio celebrado em 10 de novembro de 1.969, entre o Governo do Estado e os Municípios

que especifica, para a implantação da área Metropolitana da Capital. — Em Discussão.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 10-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — É aprovado o Convênio celebrado em 19 de novembro de 1.969, entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiuva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Curitiba, Campina Grande do Sul, Piraquara, Rio Branco do Sul, Mandirituba, São José dos Pinhais e Quatro Barras, que tem por finalidade delimitar a Área Metropolitana de Curitiba e estabelecer os seus objetivos.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1.971.

aa) Muggiati Filho — Presidente

(Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Cândido Martins de Oliveira, Gilberto Carvalho, Armando Queiroz,
Emílio Carazzai

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N. 98-70

AUTOR: Governo do Estado

SUMULA: Mensagem n. 40-70, encaminhando cópia autêntica do Convênio celebrado em 19-11-69, entre o Estado e os Municípios que especifica, visando definir a Área Metropolitana de Curitiba.

P A R E C E R

I — A proposição em exame constitui-se da Mensagem n. 40-70, do Governo do Estado, encaminhando a esta Casa cópia autêntica do Convênio celebrado em 19 de novembro de 1.969, entre o Estado e os Municípios que especifica, visando definir, para os efeitos do referido Convênio, a Área Metropolitana de Curitiba.

II — A iniciativa é de competência do Poder Executivo, deferida pela Constituição Estadual. Resta a esta Casa, na forma constitucional, referendar o mencionado Convênio, para o que apresentamos o competente projeto de resolução, anexo.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1.971.

aa) Maurício Fruct — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Gilberto Carvalho, Emílio Carazzai, Armando Queiroz

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM N. 40-70

Curitiba, 9 de outubro de 1.970.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 19 de novembro de 1.969, entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios que especifica, visando definir para os efeitos do referido convênio a Área Metropolitana de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PAULO PIMENTEL — Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado FRANCISCO ESCORSIN

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

N/CAPITAL

CONVENIO PARA IMPLANTAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE CURITIBA

Considerando a necessidade de organização e administração de serviços de interesse comum às populações que integram uma mesma comunidade sócio-econômica,

Considerando que é de especial interesse do Estado do Paraná e dos Municípios, que têm Curitiba como centro polarizador, estabelecer continuidade no seu planejamento e integração dos trabalhos concernentes ao desenvolvimento sócio-econômico da área.

Considerando que os estudos realizados resultaram em delimitação compreendendo a Área Metropolitana de Curitiba e na enumeração dos serviços de interesse comum que poderão prontamente ter atendimento integrado,

Considerando que o Governo Federal, através de seus órgãos responsáveis pela micro-regionalização do país, já delimitou a área de influência de Curitiba, (ofício n. 339-68 I.B.G., da Fundação I.B.G.E.),

Considerando que ao Governo do Estado cabe, além da prestação de assistência técnica aos municípios, promover e orientar o desenvolvimento global de qualquer região paranaense;

Considerando que Curitiba, como centro polarizador de primeira categoria, é uma das nove metrópoles regionais brasileiras, assim definidas pelo Ministério do Planejamento e pelo Ministério do Interior,

Considerando que a área Metropolitana de Curitiba tem condições ideais para ser uma das primeiras a se instituir no Brasil, colocando o Estado do Paraná na vanguarda do sistema nacional de planejamento local integrado,

Neste termo, o Estado do Paraná, representado pelo seu Governador, os Municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiuva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Curitiba, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais, representados pelos seus respectivos Prefeitos.

Resolvem e Convem, reciprocamente, estabelecer as seguintes regras em benefício da comunidade sócio-econômica da Área Metropolitana de Curitiba, pelo seguinte:

CONVENIO

Cláusula Primeira — Considera-se, para os efeitos deste Convênio, Área Metropolitana de Curitiba a região compreendida pelas áreas dos Municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiuva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Curitiba, Campina Grande do Sul, Piraquara, Rio Branco do Sul, Mandirituba, São José dos Pinhais e Quatro Barras.

Cláusula Segunda — O presente convênio tem os seguintes objetivos:

a) a realização de planejamento integrado da Área Metropolitana de Curitiba, no todo, ou em parte, bem como estudos, projetos e programas relacionados com esse planejamento;

b) a coordenação da realização de obras, projeto, serviços, assistência técnica e financeira e atividades de interesse da Área Metropolitana de qualquer procedência, harmonizando-as com o planejamento integrado e estabelecendo as prioridades e programações convenientes;

c) a execução de projetos, e obras de interesse comum da região, principalmente as que se destinem ao desenvolvimento econômico e social e à implantação de planejamento integrado;

d) a elaboração de estudos de anteprojetos de lei e medidas adminis-

trativas que possam ter repercussão sobre o desenvolvimento global da região, de qualquer procedência.

Cláusula Terceira — Para atingir os objetivos do presente Convênio, é criado um Conselho Metropolitano e uma Secretaria Executiva.

§ 1.º — O Conselho Metropolitano é constituído pelo Prefeito de cada Município, ou seu representante, e presidido pelo Governador do Estado do Paraná, ou seu representante.

§ 2.º — A Secretaria Executiva do Conselho Metropolitano será exercida pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento de Assistência Técnica aos Municípios.

Cláusula Quarta — O Conselho Metropolitano se reunirá ordinariamente de 60 a 60 dias em Curitiba, e extraordinariamente, por convocação do Governador do Estado ou da maioria de seus membros.

Cláusula Quinta — O Conselho Metropolitano definirá a extensão da participação dos Municípios e do Estado, bem como a institucionalização da Área Metropolitana, através de regulamento, respeitada a autonomia dos Municípios e os assuntos de seu peculiar interesse.

Cláusula Sexta — A alteração da Área Metropolitana, que resultar conveniente em razão de estudos que forem elaborados, poderá ser efetivada através de resolução do Conselho Metropolitano e, em seguida, pela adesão, se for o caso, ao presente Convênio, de novos participantes, obedecidas as normas legais aplicáveis.

Cláusula Sétima — O Convênio passa a vigorar na data em que for referendado pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e, em relação aos Municípios, sucessivamente a partir de sua aprovação pelas Câmaras Municipais respectivas, na forma estabelecida pela Constituição do Estado.

Em Curitiba, 19 de novembro de 1.969.

aa) **Paulo Pimentel** — Governador do Estado

Antônio Johnson — Prefeito de Almirante Tamandaré

Rizio Wachowicz — Prefeito de Araucária

Vitório Seguro — Prefeito de Balsa Nova

Floresmundo Alberti — Prefeito de Bocaiuva do Sul

Ary Alves Bandeira — Prefeito de Campina Grande do Sul

Enigdio Pianaro — Prefeito de Campo Largo

Pedro Guarise — Prefeito de Colombo

Zacarias Mendes de Paula — Prefeito de Contenda

Omar Sabbag — Prefeito de Curitiba

Alfredo Riecke Sobrinho — Prefeito de Mandirituba

Manoel Alves Pereira — Prefeito de Piraquara

Domingos Mocelin Neto — Prefeito de Quatro Barras

José Pedroso de Moraes — Prefeito de Rio Branco do Sul

Francisco Ferreira Claudino — Prefeito de S. José dos Pinhais

OSSENERONDY SILVÉRIO — (Para discutir). Sr. Presidente, srs. Deputados:

Estou encaminhando à Mesa requerimento vasado nos seguintes termos:

(1.º) "O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Resolução n.º 10-71, e devolução do mesmo ao Governo do Estado, para que o reexamine e diga da oportunidade da aprovação".

Justificamos perante o Líder do Governo e da ARENA o porquê do nosso requerimento.

Acontece que o convênio celebrado com os srs. Prefeitos da região metropolitana de Curitiba que tem por objetivo o desenvolvimento sócio-econômico da área, foi feito em novembro de 1.969.

O ex-governador Paulo Pimentel demorou um ano para remeter a Mensagem a esta Casa solicitando aprovação legislativa de ratificação do men-

cionado convênio. Da remessa a esta e apreciação por este Plenário demorou quase que mais de um ano. Esse interregno de tempo foi mais que necessário para que profundas modificações se fizessem exatamente na estrutura administrativa da região metropolitana de Curitiba, inclusive com a ascensão de outro Prefeito que tem idéias próprias a respeito do assunto, que é o prefeito Jayme Lerner.

O art. 1.º inclusive da Resolução determina que a estruturação do convênio será feita em conjunto pelo IPUC, representando o Município de Curitiba e pelo Departamento de Assistência Técnica aos Municípios que esta Casa extinguiu no mês passado, por lei específica, criando, em seu lugar, a Fundação de Assistência Técnica aos Municípios.

Portanto, acho de bom alvitre que o Líder do Governo aprove nosso Requerimento e que esta Mensagem seja devolvida ao Palácio Iguagu para que seja reformulada em termos que, realmente, possam proporcionar à região metropolitana da Capital, as condições que tanto almejam os seus habitantes. É uma questão de grande importância para Curitiba e para os municípios adjacentes, é preciso que a matéria seja realmente estudada convenientemente, e este convênio seja revisto em diversos pontos para que o sr. Governador efetivamente, através da sua Fundação de Assistência aos Municípios, e que as Prefeituras de Curitiba, através do IPPUC (Instituto de Planejamento e Pesquisas Urbanas), possam elaborar um plano para que Curitiba e os Municípios vizinhos cresçam harmonicamente e possam receber em condições humanas, a sua região metropolitana, para o Ano Dois Mil. Portanto, é nosso objetivo, que o convênio seja reformulado, que o Governador convoque novamente os prefeitos da área metropolitana, alguns já com mandato a expirar e outros que já expiraram, como é o caso do sr. Omar Sabbag, que novamente se reexamine a matéria a fim de que nesta convergência de opiniões, através de estudos reais e concretos possa Curitiba, na sua região metropolitana, oferecer realmente condições dignas e humanas aos habitantes já no Ano Dois Mil. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. JOAO MANSUR — (Pela ordem). Sr. Presidente, realmente, o nobre deputado Erondy Silvério foi muito feliz quando apresentou este requerimento no sentido de que este Projeto seja devolvido ao Executivo para melhores exames. Estamos de pleno acôrdo, e a Bancada da Arena votará favoravelmente ao requerimento do sr. Erondy Silvério. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia o Projeto de Resolução n. 10-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Fabiano Braga Côrtes, constantes do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao sr. Governador do Estado e ao sr. Secretário dos Negócios do Governo para que concedam, ao Departamento Estadual do Serviço Público, DESP., melhores condições para o desempenho de suas atribuições na administração estadual. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao sr. Prefeito Municipal de Curitiba, pelo plano de pavimentação que iniciou na cidade. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Alvaro Dias constante do Expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao sr. Governador do Estado no sentido de que firme, através da Secretaria da Agricultura e Bañco do Estado do Paraná S.A., convênios com o Instituto do Café. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao sr. Ministro dos Negócios da Fazenda pela unificação que conseguiu imprimir à política financeira administrativa do País. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando seja inserido nos Anais desta Casa, o Primeiro Balanço Geral das atividades do Banco do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso ao sr. major Zuedezeze Nascimento Lins, comandante da 4a. Companhia de Infantaria, com sede em Apucarana. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso ao sr. Prefeito Municipal de Jandaia do Sul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso ao sr. Sadao Yokomizo, Prefeito de Arapongas e Vereadores, pelo atendimento às obras de pavimentação asfáltica. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, lido da Tribuna, solicitando voto de congratulações ao sr. Sadao Yokomizo, pelo destaque que teve na reunião ocorrida em Apucarana a 31 último. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente de sessão anterior solicitando à Polícia Civil. — **Aprovado.**
formações ao sr. Secretário de Educação e Cultura. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, de sessão anterior solicitando ao Poder Executivo melhores condições humanas e de equipamento à Polícia Civil. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhada solicitação ao sr. Secretário de Agricultura no sentido de que sejam tomadas providências relativas à solução do drama dos suinocultores no município de Santo Antônio do Sudoeste. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Buffara, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando apelo ao sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam elevados em 2 níveis, por meio de decreto, os cargos em que foram aproveitados os ex-integrantes da Polícia Rodoviária Estadual. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consignando aplausos desta Casa pelo transcurso do 80.o aniversário de instalação daquela egrégia Corte de Justiça. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando seja formada uma Comissão de srs. Deputados para representarem esta Casa, no lançamento da pedra fundamental da Escola Superior de Agronomia de Bandeirantes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Álvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja fornecida certidão atestando que nos dias 1, 2, 3, 4, 5 e 7 de junho, esteve ausente desta Casa em missão oficial. — **Ao sr. Secretário para os devidos fins.**

Concedo a palavra ao deputado Álvaro Dias, em explicação pessoal.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Comparecemos a esta tribuna obrigados que somos pelas circunstâncias, uma vez que tramita nesta Casa Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Sílvio Barros, do dia 16 de julho de 70, que visa transferir para o município de Maringá o Instituto Agrônomo do Paraná, já com determinação de sua localização para o município de Londrina. Este Projeto foi apreciado pelos Deputados nos dias 2, 3 e 7 de junho de 71. Naquela oportunidade

estávamos ausentes desta Assembléia Legislativa, cumprindo missão oficial, juntamente com os deputados Antônio Maciel e Pinto Dias, no Rio de Janeiro e em Brasília, tratando de problema relativo à antecipação do preço do café.

Lamentavelmente veio para apreciação um projeto extemporâneo, pois o Instituto Agrônômico já possui em Londrina área para sua instalação, com verba já à disposição naquele Município para o início dos trabalhos da grande obra de importância extraordinária para os destinos da agricultura de nosso Estado.

Sabemos perfeitamente, temos certeza absoluta de que este projeto, extemporâneo em nosso entender, não terá vivência, não terá validade, uma vez que providências serão tomadas para a sua anulação, para a sua invalidação. E, se este projeto, aprovado por esta Assembléia, for sancionado por S. Exa. o Governador do Estado, o que não acreditamos, apresentaremos Projeto de Lei revogando esta lei 145-70, de autoria do sr. deputado Sílvio Barros.

Realmente, os dois municípios reivindicaram a instalação do Instituto Agrônômico do Paraná. Tanto Londrina, como Maringá, apresentaram as razões pelas quais reivindicaram a instalação do Instituto Agrônômico do Paraná. Levantamento das possibilidades dos dois municípios foram realizados e apresentados nos mais diversos setores competentes. O estudo das viabilidades econômicas foi devidamente realizado. Tudo ficou acertado. Tudo ficou definido. Londrina passou a ser sede, já no Governo passado, do Instituto Agrônômico do Paraná.

Este Projeto de Lei, portanto, de autoria do deputado Sílvio Barros, sequer deveria ser apreciado nesta Casa, uma vez que já não apresenta mais razão de ser, que não traz um cunho legal — no nosso entendimento — pois, depois de implantado legalmente em Londrina, não vemos meios para que haja sua transferência.

Pedimos, inclusive, uma certidão, através de requerimento que examinamos à Mesa, neste instante, que ateste estarmos, nos dias 2, 3, 6 e 7 de junho de 1971, ausentes desta Casa, em missão oficial, em Brasília, quando este projeto foi apreciado neste Legislativo estadual.

Mas queremos deixar bem clara a nossa opinião a respeito. Temos certeza absoluta que este Projeto não se tornará lei, porque há impraticabilidade para tanto e, temos certeza, que o bom senso prevalecerá.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre colega deputado Alvaro Dias, queríamos, complementando as informações, dizer que já está depositado no Banco do Brasil, agência de Londrina, a importância de dez milhões de cruzeiros, destinados pelo IBC e GERCA, dinheiro que está à disposição para a construção do Instituto Agrônômico do Paraná, com sede em Londrina. Nós havíamos feito apelo da tribuna, ao líder da Bancada do Governo, deputado João Mansur e S. Exa. foi de uma cortesia extraordinária. Temos certeza de que poderemos contar com a colaboração do Líder do Governo, para que esse projeto não tenha validade, conforme disse V. Exa.

O SR. ALVARO DIAS — Agradeço o aparte de V. Exa. e, inclusive, naquela viagem que fizemos, justamente quando esse Projeto de Lei estava sendo apreciado por este Legislativo, nos dias 2, 3, 6 e 7 de julho do corrente ano, o sr. Ribeiro Junior, no Rio de Janeiro, nos comunicava haver liberado a importância de cinco milhões de cruzeiros, para a instalação do Instituto Agrônômico do Paraná no município de Londrina e afirmava que esses cinco milhões eram retirados da verba de quarenta milhões, destinada ao combate à broca.

Dessa forma, apenas resta iniciar a obra no município de Londrina e procuramos nos informar da existência ou não de decreto localizando o Ins-

tituto Agrônômico no município de Londrina, porque entendemos, ue se não houver esse Decreto de Lei, não poderemos tomar as primeiras providências para a instalação do Instituto naquele município. Dessa forma, temos certeza que nada será alterado. Acreditamos no bom senso do sr. Governador do Estado, que continuará os trabalhos encetados anteriormente com os estudos previamente elaborados da viabilidade econômica das condições de Londrina para ter no seu município, o Instituto Agrônômico do Paraná.

Assim fica feita a ressalva e o esclarecimento que deveríamos fazer. —
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 6, às 10,00 horas, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

Trabalho das Comissões.
Levanta-se a sessão.

PRIMEIRO BALANÇO GERAL DO BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA EM SESSÃO DO DIA 3 DE AGOSTO DE 1971, A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO JOÃO MANSUR.

BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A.
Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do
Ministério da Fazenda n.º 76.492.172/1
Enderêço completo: Rua Monsenhor Meiso, 256
CURITIBA — PARANÁ
BALANÇO GERAL EM 30 DE JUNHO DE 1971

	A T I V O		
	CR\$	CR\$	CR\$
DISPONÍVEL			
REALIZÁVEL			
Empréstimos			36.304.435,29
A Produção	219.607.606,24		
Ao Comércio	75.009.205,56		
A Atividades Não Especificadas	63.636.709,75		
Ao Governo Federal	—		
A Governos Estaduais e Municipais	15.914.454,62		
A Autarquias	124.780,00		
A Instituições Financeiras	234.000,00		
Em Letras Hipotecárias	—	374.526.756,18	
Outros Créditos			
Banco Central — Recolhimentos	18.449.370,25		
Cheques, Documentos e Ordens em Compensação e a Receber	93.570.544,39		
Adiantamentos sobre Cambiais e Contratos de Câmbio	1.120.136,18		
Saldo Devedores em Contas de Depósitos	120.758,13		
Créditos em Liquidação	6.958.859,40		
Acionistas — Capital a Realizar	—		

Devedores por Créditos Li-		
quidados no Exterior	385.709,15	
Correspondentes no País	1.167.986,57	
Matriz, Departamentos e		
Correspondentes no Exterior		
— Em Moeda Nacional	—	
Matriz, Departamentos e		
Correspondentes no Exterior		
— Em Moedas Estrangeiras	9.346.335,50	
Departamentos no País	134.427.981,16	
Outras Contas	25.417.216,82	290.964.897,55

Valôres e Bens

Títulos à Ordem do Banco		
Central	26.774.344,57	
Letras do Tesouro Nacional		
e Títulos Federais	311.614,79	
Títulos Estaduais e Municipais	321,00	
Valôres em Moedas Estrangeiras	—	
Outros Valôres	4.290.874,09	31.377.154,45

Bens	727.723,33	697.596.531,51
------	------------	----------------

IMOBILIZADO

Imóveis de Uso, Reavaliação e Imóveis em		
Construção	29.108.701,58	
Móveis e Utensílios	8.170.232,96	
Almoxarifado	2.131.851,51	
Instalação da Sociedade	—	39.410.786,05

RESULTADO PENDENTE

Despesas Operacionais	—	
Despesas Administrativas	—	
Perdas Diversas	—	
Despesas de Exercícios Futuros	344.021,34	
Lucros e Perdas	—	344.021,34

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

692.423.316,81
1.516.079.091,00

P A S S I V O

NAO EXIGÍVEL	CR\$	CR\$	CR\$	CR\$
Capital:				
De Domiciliados no País	34.498.800,00			
De Domiciliados no Exterior	1.200,00	34.500.000,00		
Aumento de Capital	—			
Correção Monetária do Ativo		31.658,21		
Reservas e Fundos		12.358.637,36	46.890.295,57	

EXIGÍVEL

Depósitos	
* Vista e a Curto Prazo:	
Do Público	229.065.753,93

De Domiciliados no Exterior			
De Entidades Públicas	138.676.887,98		
A Médio Prazo:			
Do Público			
— a prazo fixo	384.387,27		
— Com correção monetária	7.893.672,25	8.278.059,52	376.020.701,43

De Entidades Públicas

Outras Exigibilidades			
Cheques e Documentos a Liquidar	5.358.512,13		
Cobrança Efetuada em Trânsito	965.863,47		
Ordens de Pagamento	45.504.956,12		
Correspondentes no País	2.901.474,38		
Matriz, Departamentos e Correspondentes no Exterior			
— Em Moedas Estrangeiras	3.767.613,71		
Matriz, Departamentos e Correspondentes no Exterior			
— Em Moeda Nacional			
Departamentos no País	157.229.930,36		
Outras Contas	33.712.700,31	249.441.055,48	

Obrigações (Especiais)

Recebimentos por conta do Tesouro Nacional	2.116.283,59		
Empréstimo ao Banco Central	13.340.000,00		
Depósitos Obrigatórios — FGTS	1.766.059,03		
Obrigações por Refinanciamentos de Repasses Oficiais	63.577.233,95		
Imposto sobre Operações Financeiras	540.323,91		
Operações em Moedas Estrangeiras	60.861.890,59		
Operações por Compra de Imóveis			
Outras Contas	3.947.513,90	145.149.304,97	771.611.061,88

RESULTADO PENDENTE

Rendas Operacionais			
Outras Rendas			
Lucros			
Rendas e Lucros em Suspenso	4.208.532,74		
Rendas de Exercícios Futuros	803.818,63		
Lucros e Perdas	142.065,37	5.154.416,74	

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

TOTAL		692.423.316,81	1.516.079.091,00
--------------	--	----------------	------------------

**DEMONSTRAÇÃO DA CONTA — LUCROS E PERDAS
EM 30 DE JUNHO DE 1971**

D É B I T O

	CR\$	CR\$	CR\$
DESPESAS OPERACIONAIS			
Juros sobre depósitos à vista e a curto prazo			
Juros sobre depósitos a médio prazo	174.480,27		
Juros sobre outras exigibilidades	94.050,88		
Juros sobre operações com o Banco Central	1.294.485,07	1.563.016,22	
Despesas de comissões		301.920,58	
Despesas de correção monetária		951.375,07	
Despesas de descontos		1.286.390,37	
Resultados de Câmbio		876.115,48	4.978.817,72
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
Honorários da Diretoria e Conselho Fiscal		71.267,73	
PESSOAL:			
Vencimentos	9.238.262,07		
Outras remunerações	5.596.580,46	14.834.842,53	
Encargos sociais		4.696.250,61	
Impostos e Taxas		2.059.936,11	
Material de expediente consumido		628.895,49	
Despesas Gerais:			
Aluguéis	1.823.144,47		
Propaganda e publicidade	665.011,20		
Outras	6.045.494,85	8.533.650,52	
Despesas de instalações		790.888,08	31.615.731,07
PERDAS DIVERSAS			
Em transação e reajuste de valores patrimoniais	3.209,95		
Outras	254.372,38	257.582,33	
Amortização de imóveis, móveis e utensílios		1.008.886,27	1.266.468,60
DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO			
Fundo de reserva legal		153.454,45	
Fundo de previsão		2.500.000,00	
Fundo para risco em operações de câmbio		61.381,78	
Porcentagem à Diretoria e gratificação aos funcionários		2.318.535,81	
Dividendos aos acionistas relativo ao 1.º semestre de 1971		1.035.000,00	
Associação Banestado-Dotações		20.000,00	
Saldo à disposição da Assembléia de Acionistas	142.065,37	6.230.437,41	
TOTAL			44.091.454,80

C R E D I T O

	CR\$	CR\$
Reversão de Lucros em Suspensão		734.580,01
Reversão do Fundo de Previsão		2.426.768,40
RENDAS OPERACIONAIS		
Juros e comissões:		
Sobre empréstimos à produ- ção e ao comércio	19.085.017,03	
Sobre empréstimos à ent. públ. e inst. financ.	543.670,53	
Outros	8.613.453,20	28.242.140,76
Tarifas sobre serviços:		
De cobrança	404.747,62	
De recebimentos	80.293,55	
Sobre transferência de Fun- ções	24.399,60	
De outros serviços	998.497,98	1.507.938,75
Resultados de câmbio	2.196.580,92	31.946.660,43
OUTRAS RENDAS		
Aluguéis e outras		6.597.827,07
LUCROS DIVERSOS		
Recuperação de créditos compensados	16.467,01	
Em Transação e reajuste de valores patri- moniais	184.963,16	
Em Transação e reajuste de valores patri- moniais	2.143.820,55	
Em Transação com O.R.T.N.	40.368,17	2.385.618,89
Diversos		44.091.454,80

Curitiba, 13 de julho de 1971.

- a) EWALDO VITA — Diretor-Presidente
 CELSO DA COSTA SABOIA — Diretor-Vice-Presidente
 JOELCIO R. FERREIRA VIANNA — Dir. Câmbio e Comércio Exterior
 JAYME GARCEZ — Dir. Financeiro
 JOSÉ GOMES DA SILVA FILHO — Dir. Carteira de Crédito Geral
 MARIO ANDRADE SAPORITI — Dir. Carteira de Crédito Rural

CONSELHO FISCAL

- ANTONIO FRUET
 ADEL KARAM
 CARLOS EDUARDO ACCIOLY BITTENCOURT
 BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A.
 a) SERAPHIM FERREIRA DOS SANTOS
 Téc. Contab. Reg. CRC. Pr. 6953

COMISSÃO DE FINANÇAS

ATA DA 2.a REUNIAO EXTRAORDINARIA 1.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

Aos três dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e um, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, sob a Presidência do sr. deputado Leopoldo Jacomel. Havendo número legal o Se-

nhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 82-71 — de autoria do senhor deputado Leopoldo Ja-comel, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Estadual no município de Palotina, para funcionar a partir do ano em curso. Relator senhor deputado Ovidio Franzoni, parecer-favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 237-70 — de autoria do senhor deputado Jorge Sato que, autoriza o Poder Executivo a firmar convênio, através do Departamento de Estradas de Rodagem, com o município de Maringá, para proceder a pavimentação asfáltica do trecho entre a Avenida Brasil e Rodovia Pr-13. Relator senhor deputado Ovidio Franzoni, parecer favorável-aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretário, para que produza os efeitos legais.

aa) Illegível — Presidente

Terezinha B. de Moura e Claro — Secretária